

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Cristiano Keller Kessler**

**POLITIZANDO O CONCEITO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS  
DE PIERRE BOURDIEU**

**Porto Alegre  
2008**

**Cristiano Keller Kessler**

**POLITIZANDO O CONCEITO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS  
DE PIERRE BOURDIEU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora:  
Profa. Dra. Rosinha Machado Carrion

**Porto Alegre  
2008**

**Cristiano Keller Kessler**

**POLITIZANDO O CONCEITO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS  
DE PIERRE BOURDIEU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Conceito final:

Aprovado em ..... de ..... de.....

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. .... – Instituição

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. .... – Instituição

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. .... – Instituição

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

K42p Kessler, Cristiano Keller.

Politizando o conceito de redes de economia solidária : uma análise das relações à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu / Cristiano Keller.Kessler. – 2008.

73 f ; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, 2008.

Orientadora: Profa. Dra. Rosinha Machado Carrion

1. Economia solidária. 2. Economia social. 3. Redes organizacionais. 4. Teoria organizacional. I. Título.

CDU 334

**Ficha elaborada pela Biblioteca da Escola de Administração – UFRGS**

## **DEDICATÓRIA**

Às minhas colegas Aline, Andréia e Fran que me deram força e estímulo para seguir até o fim.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosinha Machado da Silva Carrion;

Ao CNPq;

Aos professores do PPGA UFRGS;

Aos meus colegas do Mestrado pelo apoio e pelos ótimos momentos que passamos juntos ao longo dos dois últimos anos;

À comunidade das ilhas do Delta do Jacuí e ao Maurício do CAMP;

À minha família;

Aos meus amigos;

Em especial à Carol, por iluminar minha vida.

Julgamos ser fecunda a idéia de que a vida social deve ser explicada, não pela concepção que têm a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam à consciência.

Durkheim, Émile.

## RESUMO

Esta dissertação tem por tema a forma organizacional rede e por objeto de estudo as relações entre os agentes sociais no campo da economia solidária. O primeiro momento é dedicado à revisão teórica do tema como objeto de debate na administração e sua transposição para o campo da economia solidária. O objetivo do estudo é problematizar a visão poética e apolítica associada às redes de economia solidária, as quais, conforme essa visão, estariam baseadas nas características da isonomia, da horizontalidade, da holografia e da autogestão. O problema é que tal abordagem não problematiza os conflitos, as resistências, o choque de interesses e outros atributos do poder inerentes à dinâmica da ação coletiva. Para problematizar a dinâmica das relações em rede, foi adotada como referencial teórico a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. A questão de pesquisa que se visa responder através da dissertação é: como se dá a dinâmica das relações entre os agentes em uma rede de economia solidária? Para responder essa indagação, o campo da economia solidária foi concebido como um campo de poder, no sentido atribuído por Bourdieu. Pensar as situações sociais como campos de poder permite problematizar as redes como campos de força, espaços de disputa e de lutas entre os agentes que dela participam.

## **ABSTRACT**

This dissertation topic is the form organizational network and by object of study the relationship between social actors in the field of solidary economy. The first time is devoted to theoretical review of the subject as object of debate in the administration and its transposition into the field of the solidary economy. The objective of the study is to question the poetic and apolitical vision associated with the networks solidary economy, which, as this view, be based on the characteristics of isonomy, horizontality, holografia and self management. The problem is that this approach does not discusses the conflicts, the resistance, the clash of interests and other attributes of the power inherent in the dynamics of collective action. To question the dynamics of the relationship on a network, was adopted as theoretical reference the theory of the fields of Pierre Bourdieu. The issue of research which seeks to respond through the dissertation is: as is the dynamics of relationships between agents in a network of solidary economy? To answer this question, the field of economic solidarity was designed as a field of power, in the sense given by Bourdieu. Thinking the social situations as fields of power allows problematize the networks as fields of force, areas of dispute and fights between players who participate.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OP – Orçamento Participativo

APA – Área de Proteção Ambiental

COOPAL – Cooperativa Mista de Produção e Serviços Arquipélago

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

SMED – Secretaria Municipal de Educação

CAR – Centro Administrativo Regional

CAMP – Centro de Educação Popular

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

FLOP – Fórum Local de Delegados do OP

PT – Partido dos Trabalhadores

PPS – Partido Popular Socialista

## SUMÁRIO

	P.
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REDES.....</b>	<b>16</b>
2.1 O DEBATE SOBRE REDES NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO.....	16
2.2 O DEBATE SOBRE REDES NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	22
<b>2.2.1 Economia Solidária.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2.2 A abordagem clássica da interação nas redes de Economia Solidária.....</b>	<b>27</b>
<b>3 TEORIA DOS CAMPOS.....</b>	<b>37</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
<b>5 O CAMPO.....</b>	<b>50</b>
5.1 O TERRITÓRIO DAS ILHAS DO DELTA DO JACUÍ.....	50
5.2 A REDE DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	51
<b>5.2.1 Duas visões de rede em disputa.....</b>	<b>53</b>
<b>5.2.2 A rede de Economia Solidária.....</b>	<b>60</b>
5.2.2.1 Dinâmica entre os agentes na rede de Economia Solidária.....	61
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por tema a forma organizacional rede e por objeto de estudo as relações entre os agentes sociais no campo da economia solidária. A rede despontou nos últimos anos como um dos principais temas estudados em diversas áreas do conhecimento, desde a Biologia e a Física, passando também pelas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.

O contexto sociopolítico-econômico da atualidade, principalmente com as conseqüências da revolução tecnológica das últimas décadas, que permitiram uma maior troca de informações e de produtos entre pessoas, instituições e organizações ao redor do mundo, gerou um crescimento das trocas comerciais e uma maior integração dos mercados mundiais. Contexto esse chamado de globalização.

O mundo parece que diminuiu, como escreve Harvey (1992), houve uma *compressão do espaço-tempo* de modo que, devido ao desenvolvimento de tecnologias da informação e da computação (fibra ótica, satélites, computadores etc.), as distâncias parecem ter diminuído. É possível se conectar a pessoas do outro lado do planeta, tomar decisões, trocar informações, fazer negócios em tempo real com qualquer lugar do mundo em conexão com essa rede de informação.

Essa revolução tecnológica gerou profundas conseqüências na maneira de as pessoas se comportarem e se relacionarem como sociedade. A construção de um mercado global mudou radicalmente o papel dos estados, alterou o modo como as empresas se organizam e também a forma de as organizações sociais agirem.

Com escreve Dupas (2000), há um movimento em direção à fragmentação e à dispersão do processo de produção, peças de um produto são produzidas nos quatro cantos do planeta, gerando um produto final mundial, feito para competir em escala global. Essa nova forma de organização da produção movimenta capitais, informações, matérias-primas etc. de um país para outro, de uma região para outra.

O capital internacional fecha e abre fábricas de acordo com as vantagens competitivas de cada país e região, gerando competição global entre os países, guerras fiscais, concessões etc. Empresas tomam decisões autônomas em relação aos Estados nacionais, os quais também se transformam. A emergência do Estado mínimo, do Estado flexível, com redução dos gastos em áreas sociais e da sua influência na área econômica, também é fenômeno recente.

Segundo autores como Dupas (2000), Castells (1999) e Sennet (2006), a forma organizacional rede é uma característica do contexto atual, por ser mais adaptada a um ambiente de alta competitividade em âmbito global, de revolução tecnológica e de flexibilidade.

O estudo de rede também ganhou relevância na área da Ciência da Administração. Autores como Balestrin & Vargas (2004) mostram que houve um incremento no estudo do tema nos últimos anos, além de uma proliferação de abordagens. Caglio (1998) e Oliver & Ebers (1998) elaboraram uma tipologia em que classificam os estudos em administração, a qual revela desde uma abordagem funcionalista, focada no caráter econômico das redes e nas vantagens econômicas que essa forma de organização promove, até abordagens baseadas na teoria crítica, que analisam os instrumentos de dominação por trás dessa formação.

O primeiro capítulo da dissertação está dividido em três seções. Na primeira, desenvolvo um debate sobre o contexto atual, no qual prolifera a forma organizacional rede. Na segunda, realizo uma revisão teórica sobre o tema em que abordo mais detalhadamente as produções teóricas e as pesquisas científicas em relação ao tema no campo da administração. Na terceira, reviso o que está sendo debatido sobre o tema no campo da economia solidária.

Pode-se perceber que, nos estudos sobre redes desenvolvidos na área da ciência da administração, é dada maior importância à capacidade que a organização, em forma de rede, tem de gerar inovação, ou seja, estão focados nos objetivos e nos resultados trazidos pela adoção dessa forma organizacional, não se preocupando com as relações sociais que estão por trás desses resultados. Autores como Zawislak (1996, 2000 e 2001), Furlanetto (2000), Lastres e Cassiolato (2003), Carvalho (2005), Nakano (2005), entre outros, abordam a capacidade da organização em forma de rede de reduzir as incertezas e de permitir às empresas que adotam esse formato melhorar seu acesso a mercados e tecnologias. Para esses autores, nesse contexto mundial de competição, a opção das empresas para a cooperação minimizaria as incertezas e, por consequência, os riscos, permitindo a elas o acesso a novos mercados e a tecnologias de ponta.

Apesar de o foco principal dos estudos sobre redes no campo da Ciência da Administração estar nos objetivos e resultados, ou seja, em questões econômicas relacionadas à inovação tecnológica, à redução das incertezas e dos custos de transação e ao aumento da competitividade em um cenário de competição mundial,

existem exceções. Autores como Lopes e Baldi (2005) buscam dar ênfase às relações sociais internas à rede e como elas influenciam as trocas econômicas. Atribuem importância às disputas de poder, ao contexto sociocultural em que as redes estão inseridas. Mas, mesmo assim, concordam que a busca por benefícios econômicos e estratégicos, os fins, é a preocupação principal dos estudos na área.

A emergência, nos últimos anos, da forma organizacional rede não atingiu somente as empresas, mas também as organizações de oposição ao sistema capitalista. Organizações contestatórias, ONGs, movimentos sociais e ambientalistas passaram também a adotar essa nova forma de organização.

No campo da economia solidária, o debate sobre rede analisa essa forma organizacional tendo por objetivo desenvolver um modelo alternativo ao capitalista, busca um modelo baseado na supremacia do trabalho sobre o capital, no associativismo, na propriedade comum dos bens de produção, na autogestão, na distribuição igualitária dos lucros e na preservação do meio ambiente.

Para Singer (2004), a economia solidária visa uma sujeição do mercado a normas e controles, de modo que não haja excluídos, ou seja, que todos tenham os mesmos direitos de participar do processo produtivo.

Segundo Martinho (2001, 2003 e 2006), as redes de economia solidária se diferenciam das formas organizacionais características do modelo capitalista, como as cadeias de empresas, as *joint ventures* e as transnacionais. Mesmo essas organizações sendo difundidas com redes, para o autor não o são. Seriam organizações matriciais baseadas em laços de subordinação, portanto hierárquicas. As redes de economia solidária, ao contrário, não estariam baseadas na hierarquia, mas, sim, na horizontalidade.

Para Mance (2003), as redes de economia solidária são redes em que a solidariedade é o elemento norteador.

A colaboração solidária vai além da dimensão econômica. Cultivar a solidariedade em todas as esferas de nossas vidas enriquece o nosso bem-viver, fortalece a amizade entre as pessoas. Suprimindo toda forma de discriminação e preconceito e promovendo a diversidade cultural e a criatividade humana (MANCE, 2003, p. 178).

Segundo Martinho (2001), o que caracterizaria uma rede é a existência de valores e objetivos compartilhados entre os seus diferentes membros; uma autonomia dos integrantes; uma vontade; multiliderança; descentralização;

existência de múltiplos níveis, o que chama de característica holográfica da rede, ou seja, à parte da rede também é uma rede, pois contém todas as características da rede maior.

Por essa ótica, as redes de economia solidária, ao contrário das organizações verticais capitalistas, estariam baseadas na autonomia, mas isso não implicaria a ausência de normas, mas, sim, uma isonomia, em que todos compartilham os mesmos direitos e deveres. Não existiriam relações de subordinação, ninguém mandaria em ninguém, não haveria, assim, desigualdade de poder. A característica holográfica da rede impediria que houvesse uma tomada do poder por um indivíduo ou um grupo, pois esse indivíduo ou grupo, por fazer parte da rede, teria as mesmas características da rede, carregaria consigo os mesmos objetivos, o que o permitiria falar em nome dela. A estrutura em rede, assim, seria “policéfala”, ou seja, com muitas cabeças. Em qualquer momento, um participante ou um grupo poderiam agir em seu nome.

O poder, no seu interior, estaria desconcentrado, o que existiria é solidariedade. Segundo Martinho (2003), a solidariedade teria a capacidade de diluir o poder, ou seja, em rede cada participante teria uma quantidade do poder total. Ainda conforme o mesmo autor, o surgimento de uma rede acontece quando um propósito comum consegue agregar diferentes pessoas e levá-las à ação. A ordem e a coesão da rede dependeriam desse propósito comum, que estaria interiorizado por cada um dos participantes.

Pretendo, neste estudo, problematizar essa visão de redes de economia solidária baseada na isonomia e na solidariedade. Para tanto, analisarei as redes de economia solidária à luz da teoria dos campos de Bourdieu. O meu problema de pesquisa surge da busca pela ruptura com essa visão. O que pretendo responder é como se dá a dinâmica das relações entre os agentes em uma rede de economia solidária. Pretendo estudar essa dinâmica concebendo a rede de economia solidária como um campo de poder no sentido dado por Bourdieu. Ou seja, um campo permeado por “relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2006, p. 28-29).

Diferentemente de Martinho (2001, 2003 e 2006), ao se analisar a rede como campo de poder, se está procurando os efeitos de censura que são produzidos no

seu interior. Os agentes dentro do campo estão dotados de quantidades desiguais de capitais, portanto estão em posições desiguais de poder. Para Bourdieu, o que está em luta no interior do campo é a imposição de uma visão legítima de mundo, portanto verdadeira. Segundo o autor (BOURDIEU, 2006), uma lógica oligopolista rege a produção dos bens, ou seja, as formas de percepção e de expressão legítimas. Uma minoria produz esses produtos enquanto a maioria, agindo como “consumidores”, compra esses produtos.

Pensar as situações sociais como campos de poder permite pensar as redes como campos de força, espaços de disputa e de lutas entre os agentes que dele participam. Permite pensar as redes de maneira diferente da visão de teóricos como Martinho e Mance. As relações entre os agentes em redes de economia solidária, ao contrário do que proferem esses teóricos, estariam atravessadas por lutas e conflitos.

As redes de economia solidária são construtos sociais, portanto podem ser pensadas como campos. Sendo assim,

espaços de relação de força entre os diferentes tipos de capital, entre os agentes providos com diferentes tipos de quantidades de capital, visando, por meio do *habitus* adquirido, dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é questionado, ou seja, quando o equilíbrio no interior do campo é rompido (BOURDIEU, 1980, p. 111).

O lócus da pesquisa empírica, da dissertação, é a Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente nas Ilhas do Delta do Jacuí. Apesar de estar nomeada como de apoio à criança e ao adolescente, a rede permite debater temas envolvendo, também, outras questões. Nela são debatidas as demandas daquela comunidade. As reuniões da rede acontecem na Ilha Grande dos Marinheiros. Os encontros se realizam de 15 em 15 dias. Os agentes participantes são líderes de diversos movimentos, grupos, cooperativas, agências do governo, ONGs etc. atuantes no território do arquipélago.

Neste trabalho, tenho como objetivo geral investigar como se dá a dinâmica das relações entre os agentes nessa rede. Os objetivos específicos desta pesquisa buscam reconstruir historicamente o campo; caracterizar os agentes participantes do campo; mapear as posições dos agentes no campo, identificando que capitais possuem; e analisar como os agentes utilizam esses capitais.

No primeiro capítulo, realizo uma revisão sobre o tema das redes mostrando o debate sobre esse tema, partindo do contexto histórico vivido hoje. Desenvolvo uma revisão dos estudos no campo da administração e no campo da economia solidária. Como introdução ao tema das redes de economia solidária, realizo uma pequena discussão sobre esse campo.

No segundo capítulo, abordarei a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que é o referencial teórico-metodológico utilizado neste estudo, trazendo o conceito de campo e de *habitus*, desenvolvendo uma discussão sobre a Teoria do Espaço Social. No terceiro capítulo, abordo a questão metodológica de pesquisa, em que discorro sobre as técnicas de coleta e de análise de dados utilizada.

No quarto capítulo, faço uma descrição do campo, abordando o histórico da rede, os agentes e os diferentes capitais que possuem, discorrendo mais detalhadamente sobre como se dá a dinâmica das relações entre os agentes na rede. Por fim as considerações finais.

## 2 REDES

### 2.1 O DEBATE SOBRE REDES NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

O debate no campo da administração está repleto de estudos sobre o tema rede. Nos últimos anos, houve um grande impulso nos estudos sobre redes, fruto, segundo autores como Martes & Bulgacov et al. (2006), de uma fuga das explicações individualistas e atômicas para uma visão relacional, no sentido de uma saída dos extremos do determinismo cultural e do individualismo atomizado. Na literatura internacional, são encontrados, pelo menos, quatro princípios que têm guiado as teorias e as hipóteses de pesquisa nos estudos sobre redes no campo da administração (MARTES; BULGACOV et al, 2006): i) ênfase nas relações entre os atores; ii) imersão social dos atores em campos sociais, principalmente em relação à influência nos comportamentos dos atores na sua imersão em redes de transações econômicas e no mundo corporativo; iii) reforço do capital social dos integrantes; iv) foco nos fatores estruturais das redes.

Os estudos sobre redes têm um impulso nas décadas de 1970 e 1980 principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, mas só chegam ao Brasil a partir da década de 1990. Em estudo sobre os artigos sobre o tema no Brasil, Martes *et al.* (2005) observam uma crescente importância dada ao tema pelas universidades brasileiras. Os principais temas abordados por esses estudos, segundo os autores, são:

elaboração e fluxo de conhecimento, cooperação, confiança, desenvolvimento regional a partir de redes de pequenas e médias empresas, competitividade a partir das inter-relações de grandes corporações, em especial as alianças estratégicas, benefícios advindos da troca de informações, internacionalização de empresas, governança corporativa, mecanismos de controle do setor público e formas de participação da sociedade civil, entre outras (MARTES; BULGACOV et al. 2006, p. 13)

Balestrin & Vargas (2004) também abordam o aumento da importância dada ao tema redes na área organizacional, relacionada principalmente com as redes interorganizacionais, destacando que o termo pode ter diversos significados e pode

ser aplicado nos mais diversos contextos. Castells (1999) considera as redes um meio de intensificar a interação entre pessoas e organizações realizando uma “redução espaciotemporal nas inter-relações dos seus atores” (BALESTRIN; VARGAS, 2004, p. 205).

No campo de estudos organizacionais, Balestrin & Vargas (2004) apontam que “a noção de rede é aplicada a uma ampla variedade de relações entre firmas” (p. 205), e também que podem ser estudadas por diferentes olhares teóricos. Caglio (1998), Oliver e Ebers (1998) desenvolveram uma tipologia que permite visualizar as várias abordagens dos estudos sobre redes, podendo ser dividida da seguinte maneira: i) economia industrial – baseada nas vantagens dos custos de produção; ii) estratégias interorganizacionais – focando na busca e na manutenção de vantagens comparativas; iii) dependência de recursos – ou seja, a necessidade da empresa de buscar recursos complementares; iv) Redes Sociais – cujo foco está na influência dos atores em rede na organização; v) custo de transação – busca da redução da incerteza e dos custos de transação; vi) teoria institucional – busca de legitimidade; vii) teorias críticas e radicais – as redes como instrumentos poderosos de poder e dominação.

Balestrin & Vargas (2004) argumentam que inúmeros fatores interferem no desenvolvimento de uma rede, o que faz com que “dificilmente existirão duas redes estruturadas de maneira idêntica” (BALESTRIN; VARGAS, 2004, p. 209). Sendo assim, as tipologias que tentam dar conta do tema não passam de “simplificações forçadas”. Mas, apesar da diversidade de formas de organização em rede, os seus objetivos estão ligados a fatores de eficiência e competitividade no mercado. Os autores vêem a rede como uma forma eficaz de aumento da competitividade por parte das empresas. “A configuração em rede promove ambiente favorável ao compartilhamento de informações, de conhecimentos, de habilidades e de recursos essenciais para o processo de inovação” (BALESTRIN; VARGAS, 2004, p. 204).

Segundo Zawislak (1996, 2000 e 2001) e Furlanetto (2000), a forma organizacional em rede é sinônimo de cooperação. A cooperação entre empresas permitiria maior rapidez nas trocas de informações, menor custo nas negociações e uma significativa redução no conflito. Ou seja, esse arranjo cooperativo reduziria as incertezas e os riscos, aumentados nesse contexto de hipercompetição.

Zawislak (1996, 2000 e 2001) e Furlanetto (2000) desenvolvem o estudo de redes através da abordagem da economia dos custos de transação, baseados

principalmente nos estudos de Williamson (1985) e de Coase (1937). Sendo assim, o arranjo organizacional em rede “oferece, ao mesmo tempo, a possibilidade de dispor da tecnologia [...] necessária para esta competição global e a possibilidade de reduzir, por isso mesmo, os custos de transação relativos ao processo de inovação tecnológica neste cenário” (ZAWISLAK, 2000, p. 02). A redução dos custos de transação, portanto, passaria pela potencialidade de inovação das organizações.

Os autores atribuem ao contexto mundial de competição acirrada, baseado no desenvolvimento vertiginoso da tecnologia, como influenciador da busca de novas formas de arranjos organizacionais e produtivos. Consideram, assim, cada vez menor o número de empresas com capacidade para arcar individualmente com os custos de investimentos em tecnologia. As alianças estratégicas, para Zawislak (2000), são vistas como redutoras das dificuldades geradas pelo novo contexto econômico, gerando “um nítido aumento de sinergia e de complementaridade dos parceiros, bem como acesso mais amplo a diferentes mercados, aumento de escala e potencial de resposta” (ZAWISLAK, 2000, p. 01).

Zawislak (2000) utiliza a teoria dos jogos, principalmente o dilema do prisioneiro, para demonstrar as escolhas possíveis das empresas nesse contexto de incerteza e competitividade acirrada. Segundo esse estudo, as empresas, ao decidirem atuar em rede, de certo modo reduziriam os riscos e os custos do enfrentamento. A cooperação reduziria o ganho, mas reduziria também o risco. Ou seja, “é o próprio custo de encarar o risco que diminui, elevando a certeza do ganho quando comparado ao quadro (incerto) de competição” (ZAWISLAK, 2000, p. 260). Portanto, a forma organizacional rede permitiria uma série de benefícios competitivos para as empresas que adotassem essa configuração, principalmente com relação à flexibilidade de respostas às mudanças tecnológicas, à ampliação do acesso a mercados e a menores custos de produção (escala) e de transação, além de uma redução nos riscos (ZAWISLAK, 2000).

Do mesmo modo, Lastres & Cassiolato (2003) consideram os formatos organizacionais que privilegiam a interação e a atuação conjunta – como redes, arranjos, etc. – como consequência do contexto econômico, social e político atual. Contexto esse caracterizado pelo aumento das indefinições e das incertezas, devido à “crescente intensidade e complexidade dos conhecimentos desenvolvidos” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 02), tendo, segundo os autores, a inovação um papel fundamental na capacidade competitiva das empresas. “A capacidade de

gerar e absorver inovações [...] é, portanto, vista como elemento-chave da competitividade dinâmica e sustentável.” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 04).

Seguindo na mesma linha, Carvalho (2005) atribui o sucesso competitivo de algumas regiões e nações à organização produtiva e organizacional das empresas em forma de redes. O autor prioriza a inovação como capacidade essencial de qualquer empresa na busca de competitividade no cenário atual e acredita que a cooperação entre empresas “tem tido crescente impacto na economia, em especial no que concerne ao desenvolvimento local e à obtenção de vantagens competitivas sistêmicas” (CARVALHO, 2005, p. 50).

Nakano (2005) analisa a rede com foco na governança, ou seja, o sucesso da rede dependeria da boa governança do processo. As redes seriam construídas com foco na busca por reciprocidade e eficiência, buscariam na relação com outras “desenvolver ou complementar suas capacidades e competências administrativas e técnicas” (NAKANO, 2005, p. 55). Isso tudo graças ao contexto atual, em que o conhecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias se tornaram um elemento capital para a sobrevivência das empresas. As redes de cooperação seriam locais em que o conhecimento poderia ser gerado de forma mais rápida e eficiente, sendo assim o “novo locus da inovação” (NAKANO, 2005).

O estabelecimento de fluxos de pessoas, informações e materiais entre as organizações participantes lhes possibilita manterem-se atualizadas quanto ao desenvolvimento do setor, e a soma de esforços permite-lhes a criação de novos produtos (NAKANO, 2005, p. 55).

Para que a configuração em rede seja eficiente, deve-se ter foco nas suas capacidades administrativas, ou seja, na definição da autoridade para a tomada de decisão, das responsabilidades, regras etc. “A participação em uma rede envolve, assim, o desenvolvimento de competências administrativas por parte de cada organização envolvida” (NAKANO, 2005, p. 64). Ou seja, na construção de confiança entre os participantes, que, segundo o autor, é um facilitador para o desenvolvimento de um fluxo de trocas de informações.

Para Tomaél et al. (2005), a configuração organizacional em forma de rede é peculiar ao ser humano e é uma estratégia utilizada principalmente para compartilhamento de informações e de conhecimento, que, segundo os autores, são meios essenciais para a inovação. Os autores concebem a rede como uma

“estrutura não-linear, descentralizada, flexível, dinâmica, sem limites definidos e auto-organizável, estabelece-se por relações horizontais de cooperação” (TOMAÉL et al., 2005, p. 94). As redes, segundo essa visão, são consideradas uma forma de organização não baseada na hierarquia, mas sim em uma relação de horizontalidade entre os participantes. “Um conjunto de atores que mantém ligações entre si” (TOMAÉL et al., 2005, p.95), ligações essas que, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação, “prescindem do espaço físico e do geográfico, elas ocorrem independentes do tempo e/ou espaço” (TOMAÉL et al., 2005, p. 95), mas são influenciadas pelo seu contexto. “Ela cria uma dependência funcional entre os indivíduos” (TOMAÉL et al., 2005, p.96). Ou seja, apesar de os autores estarem focados nos resultados da rede, apontam para a importância das questões contextuais do processo.

Mas, mesmo assim, o foco principal dado pelos autores sobre a importância e a relevância da configuração das redes é a sua capacidade de gerar inovação, relacionada à capacidade de propagação de informação e conhecimento entre os participantes. As redes permitiriam a construção de canais de troca de informações e de conhecimento, baseados principalmente em relações de confiança e respeito entre os atores.

Essa visão de rede está profundamente baseada na concepção de Costa et al. (2003, p. 73), em que a rede é uma “forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia”. Ou ainda, como coloca Marteleto (2001, p.72), como “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Sendo assim, a estrutura em rede fornece, do mesmo modo como colocam Tomaél et al. (2005), um ambiente organizacional propício para o desenvolvimento da inovação, considerada elemento fundamental para a sobrevivência das empresas no contexto econômico atual pelos autores Tomaél et al. (2005), Lastres & Cassiolato (2003), Zawislak (1996, 2000 e 2001) e Furlanetto (2000), Nakano (2005) e Carvalho (2005). O custo e a capacidade de uma única empresa, agindo por conta própria, desenvolver conhecimento e tecnologia suficientes para conseguir competir no mercado global se torna algo possível somente para poucas grandes empresas, sendo assim, o arranjo em forma de rede é um meio de competir e de buscar eficiência no cenário atual. Os autores estão, portanto, analisando as motivações e

as vantagens estratégicas da cooperação em rede, principalmente em relação ao processo de inovação.

Lopes e Baldi (2005) concordam que o objetivo das redes no campo da administração está na busca por benefícios econômicos e estratégicos, mas procuram dar um foco ao processo de formação da rede. Consideram que, até para se atingir esse objetivo, não se deve deixar de lado os problemas relacionados com a especificidade local, ou seja, as características sociais, culturais, políticas e econômicas do local, devendo-se dar atenção à interação entre os atores, focando nos “laços sociais” que influenciam os arranjos cooperativos. Assumem que “toda a forma organizacional é o resultado de disputas de poder e da sua imersão em contextos socioculturais, com fronteiras sem delimitação clara” (LOPES; BALDI, 2005, p. 83).

As redes estariam baseadas mais em laços de solidariedade do que na hierarquia clássica, pois, nas redes, “existem centros diferenciados e plurais de controle e coordenação” (LOPES; BALDI, 2005, p. 84). Apontam, assim, as diferenças entre redes e *joint ventures* que estão mais próximas à hierarquia.

Lopes e Baldi (2005) buscam dar ênfase maior aos estudos dos laços sociais para a construção e o desenvolvimento de redes. Consideram que “as organizações estão imersas em relações sociais e tais relações sociais moldam as trocas econômicas” (LOPES; BALDI, 2005, p. 94). Entre os fatores que explicam a influência dos laços sociais, os autores citam que eles facilitam o fluxo de informações entre os atores, geram confiança e credibilidade, além de agirem como facilitadores nas negociações. Mas os autores não aprofundam o tema, procurando descrever as características das redes e as diferentes formas de cooperação.

Observa-se que, nos estudos sobre o tema redes no campo da administração, há ausência, na maioria dos artigos e estudos publicados, das questões relacionadas ao processo de formação de redes. Os estudos versam sobre as vantagens da cooperação, a inovação gerada, as formas de governança da rede etc., mas não dissertam a respeito de como se dá essa cooperação, muito menos sobre as lutas e os conflitos presentes no processo.

Para Carrion (2007), os estudos no campo da administração dissertam basicamente sobre seis questões principais: as motivações que levam as empresas a adotarem a forma organizacional rede; apontam os atributos dessa forma organizacional; dissertam sobre as características; demonstram a relevância dessa

forma organizacional para o processo de inovação; apontam para as vantagens estratégicas da cooperação em rede; e dissertam sobre as formas de cooperação praticadas. A autora conclui que

A grande maioria da produção teórica sobre redes no campo dos estudos organizacionais revela, entretanto, que, mesmo quando os pesquisadores tentam ser compreensivos, adotam uma postura eminentemente descritiva, na medida em que se limitam a explicar o movimento e a organização da realidade a partir da sua funcionalidade (CARRION, 2007. p. 03).

Para Gobbi et al. (2005), as abordagens sobre redes na área organizacional utilizam freqüentemente o foco estático, negligenciam a “dinâmica política do processo”, estão baseadas em uma perspectiva estrutural, visando determinar novas formas de governança e controle para “garantir que o comportamento individual das unidades seguirá as regras para a ação coletiva”. Considera também que “essas abordagens privilegiam o controle a partir da percepção da mútua dependência, do desenvolvimento da cooperação e do estabelecimento da confiança entre as partes. Entretanto, o estabelecimento da cooperação nem sempre é harmonioso e fácil” (GOBBI et al, 2005, p. 01).

A autora busca uma reflexão sobre a dimensão política das redes organizacionais, apoiada nas contribuições de Pierre Bourdieu, entendendo essas redes como um campo social.

A rede organizacional é um espaço plural onde coexistem diferentes agentes com diferentes capitais e interesses, o que pode incorrer em situações de conflitos e disputas em detrimento do consenso e da harmonia que predominam nas investigações neste campo organizacional (GOBBI et al. 2005, p. 02)

## 2.2 O DEBATE SOBRE REDES NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 2.2.1 Economia Solidária

A economia solidária tem sido um fenômeno muito estudado nos últimos anos, principalmente a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990. Existem

muitas controvérsias sobre o conceito, devido principalmente a sua diversidade e complexidade e pela influência do contexto. Como proposta de entendimento, pode-se caracterizar o fenômeno da economia solidária como um modelo alternativo para a economia de mercado, em que, como escreve Paez (2001), haja a supremacia do trabalho sobre o capital, baseada no associativismo, na propriedade comum, na autogestão, onde o lucro ou o excedente sejam distribuídos pelos associados, focando na preservação do meio ambiente.

Autores como Singer (2000) e Laville et al. (2006) vêem a economia mercantil, ou a economia pura, ou ainda de mercado, como interessada somente na questão da circulação e da produção dos bens, ou seja, reduzem a ação humana a esses interesses. Essa visão de economia esquece questões como as relações entre pessoas e entre elas e a natureza. Deixa de lado, portanto, as relações políticas, sociais e ecológicas das suas problemáticas de interesse.

A economia solidária, ao contrário dessa linha, buscaria “uma subordinação do princípio de mercado aos da reciprocidade e da distribuição num processo de hibridação de tais princípios” (LAVILLE et al., 2006, p.14). Constituir-se-ia como uma alternativa econômica e social que buscaria a superação do modelo capitalista (SINGER, 2003).

Com relação ao campo da economia solidária brasileira, França Filho (2006) considera que, em primeiro lugar, esse fenômeno deve ser tratado levando-se em consideração a sua diversidade, ou seja, a existência de formas bastante variadas, atuando em diversos setores de atividade, tendo origens e contextos muito diferentes, principalmente em relação à diversidade de regiões e culturas encontradas no país. O que gera uma dificuldade de compreender o fenômeno em seu conjunto.

Para Singer (2004), pode-se identificar a economia solidária como sendo norteada por um outro conceito de desenvolvimento, diferente daquele que se tornou hegemônico no contexto capitalista. O autor faz uma distinção entre o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário, segundo Singer (2004)

entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004, p.7).

Nesse sentido, os empreendimentos em economia solidária visam “à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria” (SINGER, 2004, p.7). O desenvolvimento solidário tem por objetivo buscar

novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão (SINGER, 2004, p.7).

Desse modo, pode-se entender que o desenvolvimento social não está indo contra o progresso científico e o crescimento econômico, mas, sim, buscando uma maior distribuição desses ganhos pela totalidade da população, levando em conta os interesses de todos os participantes do processo. Do mesmo modo, buscando que todos participem desse processo.

Em contraponto ao desenvolvimento social, o desenvolvimento capitalista estaria baseado na propriedade privada do capital, excluindo, assim, a grande maioria da população, ou seja, na visão do autor ele não é para todos. O desenvolvimento capitalista

[...] é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados (SINGER, 2004, p.9).

Além disso, os capitalistas “conduzem o desenvolvimento de acordo com os seus interesses. As decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica” (SINGER, 2004, p.10).

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que, mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual (SINGER, 2004, p.11).

Desse modo, a economia solidária não visaria à abolição dos mercados, mas sim “à sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade” (SINGER, 2004, p.12).

Em princípio, dentro da empresa, não importa o seu tamanho, todos os que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, a cada um deles (SINGER, 2004, p.12).

Singer (2004) atribui papel fundamental ao Estado para evitar a competição e a existência de ganhadores e perdedores. Assume, assim, implicitamente, a possibilidade de conflitos no interior da economia solidária, pois admite a necessidade da participação do Estado como mediador de conflitos.

O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço (SINGER, 2004, p.12).

Segundo Carrion (2003), “o fenômeno da chamada Economia Solidária inscreve-se em um contexto de desemprego acompanhado de exclusão social sem precedentes na história do capitalismo” (CARRION, 2003, p.01), fruto de uma retração na capacidade de geração de empregos e renda. O novo modelo de produção gerou uma situação de desemprego estrutural, ocasionando a perda cada vez maior do número de postos de trabalho, o que leva a um grande número de pessoas a uma situação de desemprego por longo prazo.

Além dessas conseqüências no plano econômico, tem-se no plano social a retirada cada vez maior do Estado de suas atividade assistenciais. O Estado neoliberal promoveu uma diminuição da sua intervenção e do controle das atividades econômicas em escala local e global e também reduziu muito o seu papel (e seus gastos) em ações de amparo e assistência social (CARRION, 2003).

Esse campo social mostra-se hoje mais complexo, revelando a emergência da sociedade civil como um novo ator, como um ente político dessa nova ordem que passa a articular-se com o Estado e com o Mercado em busca da construção das políticas de desenvolvimento social, dentre as quais a questão do trabalho é tema central (CARRION, 2003, p.03).

A economia solidária vem, de certa forma, preencher esses espaços deixados pela retirada do Estado das suas funções assistenciais e também como resposta

aos altos níveis de exclusão econômica e social vivenciados por uma grande parcela da população nas últimas décadas. Carrion (2003) cita Laville (2002), o qual enxerga a economia solidária como um fato associativo, composto por uma dimensão econômica, uma social e uma política, o que indica a complexidade do fato. Sendo assim, “a economia solidária exhibe atributos que lhe credenciam como uma forma de política pública que consegue mobilizar, ao mesmo tempo, as dimensões econômica e social dos grupos onde se desenvolve” (CARRION, 2003, p.04).

A economia solidária se mostra como uma busca por preencher os espaços deixados pelo Estado após a reestruturação neoliberal, além de uma resposta aos problemas sociais e econômicos do novo modo de produção capitalista.

Do mesmo modo que Carrion (2003), Pochmann (2004) explica o desenvolvimento dos projetos de economia solidária como uma consequência do contexto social e econômico atual.

Reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progredem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho, há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista (POCHMANN, 2004, p. 23).

Ou seja, surge da junção de dois movimentos específicos, de um lado um aumento do excedente de mão-de-obra, resultado do ciclo da industrialização nacional, de outro lado de um movimento composto por militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil (POCHMANN, 2004).

Mas, segundo Pochmann, “poucas têm sido as experiências de políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva” (POCHMANN, 2004, p. 30).

O que o autor critica nessas formas de organização é a sua característica imediatista e pragmática, em que se visa organizar parcelas atomizadas da população excluída numa inserção que chama de subordinada à economia capitalista. Formas de terceirização e de subcontratação, que estão distantes da ética da economia solidária (POCHMANN, 2004).

O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica. Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecem expressivos (POCHMANN, 2004, p. 32).

O que se buscou com essa breve síntese foi introduzir a discussão sobre economia solidária no presente estudo, mas, de maneira nenhuma, chegar a conclusões sobre o que é esse fenômeno. Pelo que foi trazido aqui, pode-se dizer que o termo economia solidária, do mesmo modo que Pauli (2006) coloca a afirmação de Dacheux e Goujon (2002), “não é um conceito – no sentido kantiano do termo –, mas uma noção generalizante que compreende diferentes e diversas práticas” (PAULI, 2006, p. 27). Sendo assim, como afirma Carrion (2006), não existiria uma Economia Solidária, mas uma pluralidade de expressões de sua manifestação.

### **2.2.2 A abordagem clássica da interação nas redes de Economia Solidária**

Martinho (2003) diferencia a rede de outras formas de organização características do contexto de globalização atual, como “cadeias” – de lojas, supermercados, restaurantes, por exemplo –, *joint ventures*, transnacionais etc. Para o autor, apesar de serem difundidos como forma de organização em rede, não o são. Esses termos se enquadram num tipo de organização que ele chama de “matricial”, uma estrutura organizacional “que consiste numa matriz ligada a uma certa quantidade de filiais” (MARTINHO, 2003, p. 09). Não seriam estruturas horizontais, e, sim, ligadas por laços de subordinação. Aqui aparece a principal diferença entre as chamadas redes de economia solidária e a concepção de rede utilizada nos estudos organizacionais. As redes de economia solidária estariam baseadas na horizontalidade e não na hierarquia.

No livro *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*, Martinho (2003) faz um estudo do conceito de rede que dá base ao conceito que constrói de redes solidárias, conceito esse que influencia outros estudos sobre redes de economia solidária, como os de Mance, por exemplo.

Segundo Martinho (2003), pode-se definir redes de uma maneira muito breve, dizendo que são “um conjunto de pontos interligados” (MARTINHO, 2003, p. 15). Sendo assim, pode-se considerar que, dentro dessa visão, a questão-chave para a conceitualização de rede é a “conectividade”. Para o autor, “as linhas são mais importantes do que os pontos num desenho de rede. Isso porque são as conexões que fazem a rede” (MARTINHO, 2003, p. 18). A conectividade está também relacionada ao fato de que, em rede, um ponto pode estar conectado com diversos outros pontos. A quantidade de linhas presentes em uma rede é o que vai determinar a sua densidade – quanto mais linhas, ou seja, mais conexões, mais densa é a rede.

Martinho (2001, p. 02-03) descreve os atributos da rede:

- i) Valores e objetivos compartilhados: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns.
- ii) Autonomia: Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.
- iii) Vontade: Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade.
- iv) Multiliderança: Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.
- v) Descentralização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.
- vi) Múltiplos níveis: Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo “valor de rede” que a estrutura maior à qual se vinculam.

Euclides Mance (2000) segue a mesma linha, concebendo as redes como

[...] uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade, e cada fio, um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 2000, p. 24.)

As redes são vistas como sistemas não-lineares, se estendem em todas as direções, o que as caracterizaria como um sistema aberto em constante relação com pontos que estão fora do ambiente da rede. Ou seja, qualquer ponto que está conectado à rede pode se conectar a qualquer outro ponto, inclusive fora da rede,

aumentando o número de pontos e de conexões. Outra capacidade das redes, segundo essa visão, é a auto-organização. Elas seriam sistemas holográficos, ou seja, as suas partes estariam estruturadas em forma de rede. Os pedaços das redes seriam também redes e carregariam consigo as características da rede maior, nascendo daí a sua capacidade de auto-organização.

Redes seriam, conforme essa abordagem, organizações não-hierárquicas, na medida em que os pontos estariam conectados de forma horizontal. Dessa não-hierarquização da rede surge a idéia de que não existiria um centro. Por ser uma estrutura holográfica, cada parte tem um centro, mas não se consegue identificar um único centro, ou seja, ela é descentralizada. Além disso, são estruturas dinâmicas por permitirem que novos pontos se unam à rede e que outros se desliguem, estando em constante mudança; pontos e conexões mudam com o decorrer do tempo, de modo que uma rede nunca é igual em dois instantes diferentes.

A questão principal levantada por essa visão é a inexistência de hierarquia. Segundo esse conceito, redes seriam compostas por diversos centros, sua característica holográfica permitiria isso, mas não só isso. Esses centros dependem de quem olha e de que tipo de recorte está sendo feito. Sendo assim, em uma estrutura de rede, qualquer ponto pode ser o centro, dependendo da situação e da observação. Como escreve Martinho, “se há muitos centros e não um único, então não pode haver qualquer centralidade” (MARTINHO, 2003, p. 23).

A formação em rede permitiria também que as conexões entre dois pontos se dessem de diferentes maneiras – a característica chamada de *múltiplos caminhos*. Ao contrário das cadeias onde a informação deveria seguir um caminho determinado, em uma rede os caminhos seriam diversos. Para a informação passar de um ponto A a um ponto D, ela pode se dar através de uma conexão direta de A com D, ou passar pelo ponto B ou pelo C, ou por qualquer outro ponto da rede, antes de chegar a D. Existiriam múltiplas possibilidades para que A se conecte com D. Resultaria, dessa característica, a impossibilidade de bloqueio da conexão, já que, se um caminho for bloqueado, existiriam outros a seguir.

Ao contrário das organizações verticais, baseadas na hierarquia, as redes estariam baseadas na autonomia. “As conexões se fazem de forma não-linear e imprevisível, conforme a vontade, o interesse ou a decisão de cada um de nós” (MARTINHO, 2003, p. 44). Mas isso não implicaria a ausência de acordos e normas. Segundo Martinho (2003), as redes dependem de um pacto baseado no consenso.

O princípio que regeria a rede seria o da isonomia, ou seja, todos seriam iguais perante um mesmo conjunto de normas e regras.

Todos são iguais politicamente, isto é, todos têm direito ao mesmo tratamento e compartilham os mesmos direitos e deveres [...] numa organização horizontal não deve haver 'melhores' ou 'piores', mas uma situação de paridade. Pares estabelecem entre si relações de equilíbrio e equidade (MARTINHO, 2003, p. 45).

Dessa forma, não existiria subordinação, pois não se tem uma cadeia de comando, ninguém dá ordem a ninguém. Em uma relação de rede, não haveria relações de desigualdade de poder. Para Martinho, o poder só se manifesta em relação à propriedade privada, mas, como em rede a propriedade é coletiva, todos são donos, ninguém mandaria em ninguém.

O poder nas redes estaria descentralizado, o que, de fato, seria um pressuposto para o conceito de rede. As redes estariam imunes à tomada ou ao exercício de poder de alguns sobre os outros, pelo fato de que, quando estão em forma de rede, os pontos assumiriam, devido a sua forma holográfica, o centro do sistema, ou seja, as partes (redes dentro das redes) funcionariam como o todo (a rede). Essa parte, agindo sozinha, agiria como um representante legítimo da rede, agiria de acordo como os objetivos da rede. A estrutura seria, nas palavras de Martinho (2003), "policéfala", com muitas cabeças. É esse fenômeno de estrutura "policéfala" que permitiria afirmar que as redes são estruturas de multiliderança, existência de vários centros. Qualquer ponto, a qualquer momento, poderia falar em nome da rede, pelo fato de ter em si as características da rede.

A concepção de rede trazida por Martinho (2003) privilegia a ordem. O conflito e a disputa seriam resolvidos pela participação e pela comunicação entre os participantes, o que chama de adaptação pela interação.

No relacionamento, assim como na prática da comunicação, o que há é uma profunda troca de fluxos formadores e reguladores, na qual uns vão construindo, moldando, alterando impressões, idéias, visões de mundo, valores e projetos dos outros e vice-versa. Esse ambiente de troca e auto-regulação coletiva, baseado na comunicação, faz de uma coleção de elementos díspares um grupo, um todo orgânico, uma comunidade (MARTINHO, 2003, p. 48).

Em uma estrutura em rede, os conflitos seriam resolvidos pelo diálogo. O consenso, resultado da transformação dos díspares, aquele que tem uma atitude desviante dos interesses da rede, em um participante adaptado, permitiria a formação de um todo orgânico. “A diversidade dos integrantes e sua dispersão espacial exigem um trabalho de comunicação permanente para dar organicidade ao conjunto” (MARTINHO, 2003, p. 48-49).

Martinho (2003) coloca o poder como o personagem central das estruturas organizacionais, considerando que a hierarquia possui o grau máximo de poder concentrado, pois alguns têm mais poder do que outros, concentrando o poder na medida em que escalam os níveis da pirâmide (MARTINHO, 2003). Nas redes, esse poder, como visto acima, estaria desconcentrado, o poder seria de todos, é uma prerrogativa do conjunto dos participantes. Mas “nem sempre o poder é exercido como uma totalidade, uma vez que nem sempre a rede funciona, como um organismo, totalmente direcionada a uma ação específica e movida por uma igualmente única razão” (MARTINHO, 2003, p. 47). O autor considera que esse fato é uma exceção e não a regra nas organizações em forma de rede. Porque a rede diluiria o poder, “cada participante da rede possui, desse modo, um ‘pouco’ de poder geral, sendo que apenas a ação da rede, como conjunto, o exerce de forma plena” (MARTINHO, 2003, p. 47).

Mas, devido à característica holográfica e à produção de uma estrutura organizacional “policéfala”, a rede só poderia ser comandada por muitas lideranças. É o que o autor chama de fenômeno da multiliderança (MARTINHO, 2003). A articulação entre essas multilideranças para um objetivo final, o que garantiria organicidade à rede, “só é possível mediante a troca de informações” (MARTINHO, 2003, p. 49), que, para o autor, é um mecanismo de construção de consenso. Mas, segundo o autor, “a experiência das redes indica, contudo, que muito pouco das suas ações se controla ou necessita de ‘controle’ a partir do coletivo” porque “os nós da rede, autônomos e investidos de poder, basicamente operam sem pedir permissão, orientados por um princípio de autogoverno compartilhado por todos” (MARTINHO, 2003, p. 49).

A adequação aos princípios e aos objetivos finais das redes seria a sua razão de existir e também o que garantiria a coesão entre os participantes, permitindo a auto-regulação das suas partes. “A razão de existir da rede é o conjunto de

propósitos comuns a todos os participantes” (MARTINHO, 2003, p. 49), ou seja, a incorporação de um conjunto de valores comuns, por parte dos participantes.

Na mesma linha, Lipnack e Stamps afirmam que

O propósito [...] faz o papel de coordenação tradicionalmente desempenhado pelo comando e o controle centralizado. A força do propósito mantém a coesão entre os participantes [...], unifica elementos díspares, atuando como se fosse uma força centrífuga (LIPNACK; STAMPS, 1994, p. 45).

O surgimento da rede “ocorre quando um propósito comum consegue aglutinar diferentes atores e convocá-lo para a ação” (MARTINHO, 2003, p. 50). Esse propósito forneceria ordem e construiria uma organicidade entre os participantes. Ele aproximaria os desviantes, evitaria o conflito e as disputas. Esse propósito, interiorizado nos participantes, permitiria que cada um assumisse, em determinado momento, a liderança da rede. Como o propósito faz a rede, se o participante também tem o propósito em si ele não seria só parte, mas também o todo (característica holográfica).

A informação seria o alimento da rede. “Sua função, mais do que transportar significados de um lugar a outro, é a de organizar a ação da rede. A comunicação na rede, assim como na dinâmica social, é estruturante” (MARTINHO, 2003, p. 66). Em rede, portanto, não deveria haver controle sobre os fluxos de informação. “A comunicação não pode ser de mão única, e a distribuição de informação deve se dar também de forma descentralizada e não-linear. Cada nó integrante da rede é, ao mesmo tempo que receptor, produtor ativo de informação” (MARTINHO, 2003, p. 67).

A comunicação permitiria a animação da rede, mobilizaria afetos, criaria compromisso, desenvolveria um senso de pertencimento ao grupo, forneceria base para a decisão, garantiria, assim, ordem ao sistema, seria a base da sua organicidade. Para Martinho (2003), existem diversos instrumentos que permitem e facilitam a comunicação, como, por exemplo, internet, intranet, telefone, correio etc., mas considera que o mais importante e poderoso meio de comunicação é a situação de conversação. “A interação face a face e a ‘comunicação sem distância’ que ela agencia impõem-se como o principal agente canalizador das ações. Em outras palavras, são os principais influxos de ânimo, ou sopros de vida, das redes” (MARTINHO, 2003, p. 73).

A comunicação estaria na base do funcionamento de redes, ela realizaria as conexões necessárias para transformar os pontos em linhas, garantiria a troca de informações, os significados e os objetivos priorizados pela rede, distribuindo-os a todos os participantes, garantindo a sua característica holográfica, que permitiria a auto-organização e a horizontalidade. A comunicação ou as conexões, segundo Martinho (2003), se potencializam, afetam mais os participantes de uma rede quando o contato se dá diretamente, o que chama de “contato físico-afetivo-simbólico”.

Martinho (2003) faz uma tipologia “sumária” das redes no Brasil, trabalhando com duas linhas: a primeira, entre redes temáticas, que se formam por causa de um propósito comum; e as redes territoriais. Outra linha composta, de um lado, por redes de troca de informações e, de outro, pelas redes operativas. As redes “reais”, segundo o autor, são mistas, não existindo, assim, tipos puros.

As redes temáticas “têm um determinado tema, questão, problema ou política, o elemento que justifica a sua organização em torno do qual gravitam os atores participantes” (MARTINHO, 2003, p. 52). As territoriais têm no território o ponto comum de aglutinação, mas também estão baseadas em temas e problemas comuns.

As redes de informação restringem-se ao trabalho de trocas de informações, enquanto as redes operativas

Têm como projeto muito mais do que apenas trocar informação. São elas, necessariamente, redes de troca de informação, mas essa função é apenas mais uma entre tantas atividades que realiza. Esse tipo de rede também desenvolve pesquisas e estudos; estabelece e conduz processos de interlocução e negociação políticas; realiza o acompanhamento de políticas públicas; promove processos de formação e capacitação; faz campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização; atua na defesa e conquista de direitos sociais e causas coletivas; capta e distribui recursos; presta serviços; e, em alguns casos, como o das redes de socioeconomia solidária, realiza mesmo atividades de produção, circulação e até regulação econômica (MARTINHO, 2003, p. 53-54).

As redes de economia solidária são classificadas dentro dessa categoria de redes operativas. Redes que, segundo Martinho (2003), podem surgir pela ação empreendedora de um indivíduo, mas o mais comum é que “surjam a partir de uma descoberta coletiva da necessidade de ação articulada entre atores diversos” (MARTINHO, 2003, p. 54).

Portanto, para Martinho (2001), “as redes parecem tornar-se, assim, o padrão organizacional mais compatível com as necessidades dos processos de desenvolvimento emancipatórios e includentes” (MARTINHO, 2001, p. 07). E, ainda,

são uma forma de organização que implica um conteúdo de natureza emancipatória e não outro. Redes são a tradução, na forma de desenho organizacional, de uma política de emancipação. Não pode haver distinção entre os fins dessa política e os meios de empreendê-la (MARTINHO, 2001, p. 07).

As Redes de Colaboração Solidárias “são organizações sociais de caráter econômico, político e cultural, que, sob o aspecto econômico, articulam grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviço em laços de realimentação sob parâmetros de complexidade” (MANCE, 1999).

Manifestando propriedades de *autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação*, estas redes solidárias tornam possível o aproveitamento do trabalho local em processos ecologicamente sustentáveis, gerando e distribuindo renda e elevando o padrão de consumo de todos os participantes solidários, com a finalidade de promover o bem-viver pessoal e coletivo (MANCE, 1999, p. 01).

Sendo assim, produzem resultados diversos daqueles do sistema de produção capitalista. Seguindo o mesmo pensamento de Martinho, de que “ao invés da concentração de capital sob a lógica capitalista, tem-se a distribuição de renda e a promoção do bem-viver de todos sob a lógica da solidariedade” (MANCE, 1999, p. 01).

Para Mance (2002), o ponto fundamental da organização em redes de economia solidária está na possibilidade de exercer o “consumo solidário”. Segundo o autor, “ato de consumo, portanto, não é apenas econômico, mas é também ético e político” (MANCE, 2002, p. 03). E diz que “não podemos continuar combatendo o capitalismo com nossos discursos e reproduzindo-o com nosso consumo” (MANCE, 2002, p. 05).

Ao selecionar e consumir produtos das redes solidárias nós contribuimos para que o processo produtivo solidário encontre seu acabamento e que o valor por nós despendido em tal consumo possa realimentar a produção solidária em função do bem viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores. (MANCE, 2002, p.03)

Buscaria, assim, uma contraposição ao consumo capitalista, integrando “consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmonioso e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável” (MANCE, 2002, p. 04). Essa contraposição ao sistema capitalista deverá, seguindo o modelo de organização de redes proposto pelo autor, atingir uma amplitude planetária.

Construindo redes de redes, redes de colaboração solidária ou a colaboração solidária entre redes, chegamos necessariamente a uma rede global, ou a várias delas, atuando de maneira antagônica ao capitalismo, implantando e desenvolvendo um novo modo de produção, distribuição e consumo (MANCE, 2002, p. 05).

O consumo, para Mance, aparece como a principal relação entre os componentes da rede, o que Martinho chama de conexões entre os pontos, as linhas que unem os participantes de uma rede. Já para Martinho (2003), essa conexão se dá pela comunicação, permitindo observar que Mance está focado numa visão mais econômica de rede.

O que caracterizo como abordagem “clássica” das redes de economia solidária é essa visão eminentemente normativa, na qual as características de democracia, solidariedade, confiança, cooperação, igualdade de poder etc. são recorrentes. Do mesmo modo como se observou nos estudos sobre rede no campo da administração, no campo da economia solidária observa-se, como escreve Carrion (2007), “na farta literatura que teoriza o tema, a ausência de estudos que problematizem o conflito nas relações entre os atores que atuam no campo solidário” (CARRION, 2007, p. 04). Para a autora, os estudos “clássicos” de redes de economia solidária “apontam como elas são, ou devem ser, sem, no entanto, problematizá-las em sua condição de fenômenos sociais, e como tal sujeitos a assimetrias nas relações entre os atores, a conflitos, a resistências e lutas pelo poder” (CARRION, 2007, p. 04).

Pauli (2006) vai na mesma linha de Carrion (2007), apontando que as redes de economia solidária não problematizam a questão dos conflitos, resistências, interesses e outros atributos do poder no exercício da ação coletiva. Para o autor, essa ocultação por parte dos teóricos das redes de economia solidária está ligada à perspectiva teórica que a fundamenta. Como escreve o autor:

A perspectiva teórica destas redes extrai elementos da teoria dos sistemas, que por sua vez procura compreender o movimento e a organização da realidade a partir da sua funcionalidade, pelos princípios da auto-referência, complexidade, sistema e autopoiesis. Estes conceitos apontam para uma noção importante desta perspectiva teórica: a de que estes sistemas são estáveis, permitindo o deslocamento do poder para a marginalidade na análise da funcionalidade do sistema (PAULI, 2006, p. 69).

Tais estudos, portanto, não contribuem para a compreensão da dinâmica das redes. Focam em questões relacionadas ao potencial para promover o desenvolvimento sustentável. Na sua morfologia, indicam os passos a serem seguidos e os atributos que a singularizam. Faltam, portanto, estudos que analisem como se dá a dinâmica das interações no interior da rede, que, na sua condição de fenómeno social, está sujeita a conflitos, disputas, jogos de interesses etc., problemas ocultados pela abordagem clássica das redes de economia solidária.

### 3 TEORIA DOS CAMPOS

O espaço social, para Bourdieu, é composto por diversos campos. Para o autor, a sociedade capitalista destaca, dentro do espaço das relações sociais (política, econômica, religiosa etc.), o campo econômico. Irrompe, a partir daí, uma série de “separações” do espaço das relações sociais (campo cultural, político etc.). As lutas de classe, então, aconteceriam nesses diversos campos e não somente no campo econômico.

Bourdieu compara “o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões”, ou seja, campos, sendo esse espaço social “construído de maneira que quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão” (BOURDIEU, 2004, p. 153).

Esse espaço social descrito por Bourdieu está sob a forma de um espaço construído por agentes dotados de diferentes tipos e quantidades de propriedades ou capitais. Essas diferenças vão funcionar, no interior desse espaço, como signos distintivos. Sendo assim, “o espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” (BOURDIEU, 2004, p. 160).

O espaço social é visto como um campo de poder, um espaço de relação de forças entre os agentes que dele participam. Ou seja, um jogo no qual os agentes lutam, ou jogam, pela apropriação de bens raros que têm lugar nesse universo social. O posicionamento de cada agente no interior do espaço social está determinado pela quantidade de capitais que possui. Bourdieu aponta quatro tipos específicos de capital: o econômico, o social, o cultural e o capital simbólico. Os agentes, portanto, estão posicionados dentro de um espaço social em relação com os outros agentes. A posição de cada agente no espaço social é determinada pela estrutura das posições e pela quantidade de capital que possui. Os agentes que detêm um capital dominante no interior de um determinado campo tentarão impor a sua visão de mundo sobre os outros integrantes do campo, mantendo, assim, a sua posição de poder, enquanto os dominados lutam, do mesmo modo, para a transformação da estrutura de posições no campo. A alteração da distribuição e do peso relativo dos tipos de capital é fundamental para modificar a estrutura do campo.

O campo de poder é um espaço de relações de força entre os agentes dotados de diferentes tipos e quantidades de capital, que buscam dominar o campo em que atuam. São “as relações de forças entre as posições sociais que garantem a seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital –, de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2006. p. 28-29).

O campo do poder é um campo de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre tipos de poder, ou diferentes tipos de capital. Também é, de modo inseparável, um campo de lutas de poder entre os detentores de diferentes formas de poder, um espaço de jogo em que aqueles agentes e instituições possuidoras de suficiente capital específico são capazes de ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos e confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder (BOURDIEU, 1996. p. 265)

O autor busca, dessa maneira, romper com a polarização teórica entre o estruturalismo, que via os agentes sociais como autômatos regulados “segundo leis mecânicas que lhes escapam” (BOURDIEU, 2004, p. 21) e com o individualismo metodológico e a visão estratégica, que via os agentes como calculadores racionais. Bourdieu (2004) caracteriza a sua teoria como sendo uma união entre o estruturalismo e o construtivismo, rotulando-a com o nome de estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista. Do lado estruturalista, considera que existem no mundo social “estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (BOURDIEU, 2004, p. 149), estruturas essas que Bourdieu chama de campos. Do lado construtivista, Bourdieu desenvolve o conceito de *habitus*, que são “as estruturas mentais através das quais” os agentes “apreendem o mundo social, são, em essência, produto da interiorização das estruturas do mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 158), através das quais podem mudar as estruturas dos campos em que atuam.

Pode-se, então, compreender que o estruturalismo construtivista ou o construtivismo estruturalista é uma construção do espaço social em que se tem, de um lado, estruturas sociais determinando posições no campo, as quais orientam a ação e coagem os agentes, e, de um outro lado, a possibilidade de mudança na medida em que, para Bourdieu, o campo e o *habitus* estão numa situação relacional. Ou seja, as estruturas dos campos formam o *habitus* dos agentes nele inseridos, ao

mesmo tempo em que esse *habitus* pode ser modificado, modificando também as estruturas do campo em questão.

O conceito de *habitus* é fundamental para a compreensão da fuga, por parte de Bourdieu, dos extremos do estruturalismo e do individualismo. “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2006, p. 61). Ele é uma “espécie de sentido do jogo” onde o agente “não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço” (BOURDIEU, 2006, p. 62). Ou seja, um “corpo socializado” (BOURDIEU, 2006, p. 62).

O *habitus* é, então, esse sentido do jogo, ou o senso prático, resultado da exposição continuada do agente a condições semelhantes. Condiciona o olhar do observador e determina a sua posição de poder. Assim, para Bourdieu, não é com o outro que me relaciono, mas sim com a posição e a representação que, a partir de meus *habitus*, lhe atribuo. O *habitus*

produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. (BOURDIEU, 2004, p. 23).

O *habitus* ajusta o agente à ilusão do jogo. Isso significa que, para Bourdieu, no interior de cada campo, os atores se engajam na ilusão (*illusio*) de um jogo específico, buscam ganhar o reconhecimento dos pares, disputam entre si o monopólio dos bens específicos de cada campo.

O campo, para Bourdieu, é um universo autônomo, “um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes” (BOURDIEU, 2004, p. 200).

São

[...] as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital –, de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima de poder (BOURDIEU, 2006, p. 29).

Para Bourdieu, “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (BOURDIEU, 2006, p. 31).

Compreender a gênese social de um campo é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas, e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2006, p. 69)

O *habitus* opera essa distinção, de modo que essas estruturas mentais, através das quais os agentes apreendem o mundo social, permitem que os mesmos construam um sentido de pertencimento, ou melhor, de posicionamento, uma percepção do seu lugar e do lugar dos outros dentro do espaço social.

Bourdieu substitui a lógica de classes pela teoria do espaço social, que enxerga como um espaço de relações, multidimensional, espaço de “lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos” (BOURDIEU, 2006, p. 133).

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço, [...] numa região determinada do espaço, e não pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço. (...) campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes. (BOURDIEU, 2006, p.133-4)

O espaço social, nas suas várias dimensões, é “construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado” (BOURDIEU, 2006, p. 133) e que conferem ao seu detentor sua força e seu poder no universo em questão.

As propriedades atuantes que constroem esse espaço são o que Bourdieu chama de capitais específicos. “As espécies de capitais, à maneira dos trunfos num jogo, são poderes que definem as probabilidades de ganho num campo

determinado” (BOURDIEU, 2006, p. 134), ou seja, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital específico.

Em cada campo, se privilegia um determinado tipo específico de capital, que permite ao agente uma maior probabilidade de ganho nos jogos disputados no interior desse campo. A quantidade de capitais específicos de que dispõe é o que vai definir qual a posição desse agente no espaço social. Para Bourdieu, os principais capitais específicos são o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico, este sendo “a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 2006, p. 135), percebido como prestígio, reputação, fama, etc.

A posição de cada agente no campo social é definida através de um sistema multidimensional de coordenadas. Os agentes se distribuem, em uma primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital que possuem e, em uma segunda dimensão, de acordo com a composição desse capital, de acordo como o seu peso relativo. “Essa posição determina os poderes atuais” dos agentes “nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam” (BOURDIEU, 2006, p. 135).

O conhecimento desse espaço das posições permite a identificação de um conjunto de agentes em condição semelhantes, “sujeitos a condicionamentos semelhantes” e que tem com toda a probabilidade “atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes” (BOURDIEU, 2006, p. 136). Constitui-se, assim, o que Bourdieu chama de uma classe “provável”. Provável porque a real constituição em uma classe não depende, segundo o autor, dos posicionamentos semelhantes, mas, sim, de um sentido de grupo e de uma mobilização desse grupo para a luta.

Os objetos do mundo social “podem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e fluidez” (BOURDIEU, 2004, p. 161). Essas incertezas fornecem “uma base para a pluralidade de pontos de vista e, ao mesmo tempo, uma base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima” (BOURDIEU, 2004, p. 161). Essa pluralidade também ocorre pelas mudanças de percepção durante a história, ou seja, ela é historicamente determinada, fruto do tempo em que se vive. É dentro dessa pluralidade de pontos de vista que se verificam as “lutas simbólicas pela produção da visão de mundo legítima” (BOURDIEU, 2006, p. 140).

As categorias de percepção surgem, como a visão legítima, do resultado dos confrontos das diferentes visões e percepções da realidade no espaço social.

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (BOURDIEU, 2006, p. 142).

Esse trabalho de imposição de uma percepção legítima da realidade dentro do espaço social, reflexo das lutas pela determinação da percepção legítima, se dá, segundo Bourdieu, “por meio de todas as formas do bendizer, da bênção ou da maldição, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias etc.” (BOURDIEU, 2006, p. 142). Todas essas, formas de conservação ou de transformação das categorias de percepção do mundo. Percepção principalmente das distinções entre os agentes e das posições ocupadas por eles no interior do espaço social. A posição de cada agente no espaço social contribui com a probabilidade de influência na construção da percepção desse mesmo mundo, que, por outro lado, contribui para a manutenção ou transformação, conforme o caso, da sua posição.

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social [... os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo (BOURDIEU, 2006, p. 145).

O que se opera no espaço social é uma luta simbólica pela imposição da visão legítima do mundo social, “uma luta simbólica de todos contra todos” (BOURDIEU, 2006, p. 147). Esse jogo, de imposição da verdade, se dá em forma de uma luta entre agentes, esses com quantidades desiguais de capitais, portanto em posições desiguais e com probabilidades diferentes de sucesso, ou seja, de fazer valer a sua visão, ou de seu grupo, como legítima.

O poder simbólico dos agentes, como poder de fazer ver – *theorein* – e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende com efeito (...) da posição ocupada no espaço (BOURDIEU, 2006, p. 151).

O poder simbólico, para Bourdieu, é um poder de “construção de mundo”, poder de gerar percepções, classificações, divisões. Um poder de fazer o mundo. Segundo o autor, o poder simbólico “deve estar fundado na posse de um capital

simbólico. O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores” (BOURDIEU, 2004, p. 166). Mas também “a eficácia simbólica”, dessa imposição da percepção de mundo, “depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade” (BOURDIEU, 2004, p. 166). Ou seja, a chance de sucesso será maior se houver afinidades objetivas entre os agentes que se quer unir sob uma determinada percepção.

Um grupo – classe, sexo (*gender*), região, nação – só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer, dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (BOURDIEU, 2004, p. 167).

Na luta simbólica pela imposição da visão de mundo legítima, os agentes investem seus recursos, suas propriedades, os capitais de que dispõem. Sendo essas propriedades desigualmente distribuídas entre eles, nem todos têm a mesma probabilidade de impor a sua visão, sendo assim, “aqueles que são conhecidos e reconhecidos”, que têm mais capital simbólico, “têm condição de impor a escala de valores mais favorável a seus produtos” (BOURDIEU, 2004, p. 163). “A verdade do mundo social está em jogo nas lutas entre agentes que estão equipados de modo desigual para alcançar uma visão absoluta” (BOURDIEU, 2004, p. 164).

Bourdieu vê uma “lógica oligopolística” (BOURDIEU, 2006, p. 166) que rege a oferta dos produtos políticos, ou seja, as formas legítimas de percepção e de expressão. Há, segundo o autor, um pequeno número de unidades de produção, o que condena a maioria, os consumidores, à escolha de marcas conhecidas, “a delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos” (BOURDIEU, 2006, p. 166). Ocorrendo, assim, “constrangimentos de mercado”, que fazem com que as classes dominadas dêem aos dominantes (produtores) uma delegação global e total, deixando o “caminho livre aos mecanismos que tendem a retirar-lhes a posse de qualquer controle sobre o aparelho” (BOURDIEU, 2006, p. 167).

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência dessa instituição e com os ganhos específicos que ela assegura encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituído lhes deixa, a possibilidade de

imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes (BOURDIEU, 2006, p. 168).

Significa que os mandatários, produtores do discurso legítimo no campo político, constroem esse discurso, ou seja, as demandas, os objetivos, os programas etc. e até a identidade do grupo. Os dominados, desapossados dos meios de produção simbólica e na atitude de consumidores, assimilam esses discursos, e mais, os tomam como sendo seus, dando-lhes, assim, legitimidade. O poder simbólico surge da legitimidade dada pelos consumidores de bens políticos a esses bens produzidos pelos profissionais. Segundo Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2006, p. 07-08).

O monopólio do campo está relacionado com a necessidade dos que jogam o jogo de, para terem alguma probabilidade de sucesso, possuir uma competência específica, um sentido do jogo, um *habitus* específico. O *habitus* passa pela aquisição de um *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos etc.), construídos pela tradição histórica do campo, pelo que foi produzido no passado e no presente do campo, permitindo, assim, o domínio de uma linguagem e de uma retórica específica, necessária, tanto no trato com os profanos quanto com os profissionais. Outra característica necessária para a formação do *habitus* é o *domínio prático* da lógica imanente do campo, que passa pelo ritual de iniciação do agente ao campo, ou seja, pela sua exposição à prática do jogo.

Deve-se, assim, apreender as leis internas do campo, o universo do que é dizível e do que não é. Ou seja, apreender

esse “sentido prático” das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite “escolher” as tomadas de posições convenientes e convencionadas, e evitar tomadas de posições “comprometedoras” que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político [...]. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos (BOURDIEU, 2006, p. 172).

Essa previsibilidade é o que os tornam confiáveis, responsáveis, competentes, dignos de confiança. Estão envolvidos pela *illusio* do jogo, que é ao mesmo tempo produto e condição do funcionamento do jogo. O respeito às regras

do jogo está ligado à perpetuação dos seus ganhos e das posições dos agentes e grupos.

A imposição da representação e a sua legitimação se dão pela capacidade do agente de manipular ao mesmo tempo idéias e grupos, com o objetivo de garantir a adesão necessária para a legitimação tanto da sua posição no campo quanto da visão de mundo. Para Bourdieu, essa capacidade de imposição da representação não deve ser reduzida a um fenômeno meramente econômico, pois existe uma série de instrumentos de controle, como o domínio da palavra, da retórica, ou seja, da eficiência simbólica da representação e da “crença mobilizadora” que ela suscita.

O monopólio da produção de percepções e expressões no campo cria o que Bourdieu chama de “cultura esotérica”, ou seja, os problemas, os debates etc. no interior do campo são, de certa maneira, estranhos ou até inacessíveis aos cidadãos comuns, são construídos de “conceitos e discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo, talvez, de *distinguos*, de matizes, de sutilezas, de agudezas, que passam despercebidos aos olhos dos não-iniciados” (BOURDIEU, 2006, p. 178).

Esse obscurecimento do campo aos olhos dos não-iniciados, dos profanos, se dá porque a construção da prática do jogo e o conhecimento do sentido do jogo isolam os profissionais dos profanos. O debate acerca dos problemas, dos objetivos, está reduzido àqueles que detêm esse *habitus*. A própria existência de antagonismos, ou tendências internas, potencializa essa divisão, porque as tendências, segundo Bourdieu, constroem a sua identidade em relação com os concorrentes. Os profanos não participam desse jogo de construção de identidade, são consumidores, o que os impede de compreender os sentidos, ou seja, as palavras, as maneiras, o que falar e o que não falar etc.

Com escreve Gramsci (1974), em referência aos participantes do jogo político, “nós, outros, afastamo-nos da massa: entre nós e a massa forma-se uma barreira de quiproquós, mal-entendidos, de jogo verbal complicado” (GRAMSCI, 1974, p. 225). Isso explica a inacessibilidade do campo político para uma grande massa de destituídos.

Não participando do jogo, “não vêem nele interesse” e não podem compreender que este ou aquele *distinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que

não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos* (BOURDIEU, 2006, p. 179)

Mostra-se, assim, a importância da legitimidade de quem se pronuncia. Como afirma Bourdieu: “O que seria um ‘discurso irresponsável’ na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro” (BOURDIEU, 2006, p. 186). A veracidade de um discurso depende diretamente da autoridade de quem o pronuncia. O poder simbólico está nessa crença, na confiança e na obediência dos sujeitos ao mandatário. Assim, o mandatário está em relação com os “clientes”, retira deles a sua força política ao mesmo tempo em que a massa (clientes) de destituídos “põe nele todas as esperanças” (BOURDIEU, 2006, p. 188).

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Ao mesmo tempo em que as tendências internas só têm existência em relação, os agentes e, principalmente, os profissionais têm sua posição determinada em relação com os outros agentes. Portanto, só podem manter os benefícios da sua posição no campo político se a organização mantiver a sua força e o seu poder. O discurso da organização está muito mais preocupado em torná-la mais poderosa do que com os ideais e os princípios que anuncia. O objetivo da organização política está, então, na manutenção e no aumento do seu poder, visto que isso aumenta, por consequência, o poder dos agentes em posições privilegiada no interior da mesma. Fazendo que, em certos casos, o discurso da organização entre em contradição com seus ideais e princípios.

## 4 METODOLOGIA

O estudo visa analisar redes de economia solidária como campos de poder. Portanto, utilizo a teoria da ação social de Pierre Bourdieu, apresentada no capítulo anterior, como referencial teórico-metodológico, o que me permite analisar e interpretar a dinâmica das interações entre os agentes que participam de uma dessas redes, apontando-me quais os caminhos que devem ser seguidos para responder o problema de pesquisa.

A teoria de Bourdieu me permitirá reconstruir o campo dos agentes emissores do discurso, mapeando as posições que ocupam no espaço social em que estão inseridos. Ou seja, reconstruir o processo histórico de constituição da rede e as trajetórias dos agentes envolvidos, assim como dar sentido as suas ações no campo observado.

Os objetivos específicos, quais sejam: reconstruir historicamente o campo; caracterizar os agentes participantes do campo; mapear as posições dos agentes no campo; e analisar como os agentes utilizam esses capitais, auxiliando-me a alcançar o objetivo geral, guiando a minha pesquisa, mostrando o que observar e o que analisar, servindo de base para a construção dos tópicos das entrevistas e também para a análise dos mesmos e das observações.

Como técnicas de coleta de dados, utilizei entrevistas semi-estruturadas, participação nas reuniões da rede e pesquisa documental em atas, informativos e site de agentes participantes.

Como técnica analítica, utilizo a análise de conteúdo, que me possibilita a realização de inferências, ou seja, uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras, é uma forma de interpretação controlada” (PEREIRA, 1998, p. 99). O analista, assim, “trabalha com as mensagens para inferir, ou deduzir de maneira lógica, conhecimentos sobre o emissor ou o meio de realização da mensagem” (PEREIRA, 1998, p. 101). A teoria tem grande importância na realização dessa inferência.

A análise de conteúdo possibilita trabalhar com o significado de formas diversas de ações como constitutivas de um mesmo sistema relacional e, dessa forma, fazer surgir propriedades ocultas que só ganham sentido quando referidas ao sistema completo de relações expressas pelo *princípio de sua afinidade estrutural* (PEREIRA, 1998, p. 103).

O *princípio de afinidade estrutural* é o que, segundo Bourdieu (2004), “confere fecundidade, isto é, poder de generalização, às comparações entre sociedades diferentes ou entre subsistemas da mesma sociedade, por oposição aos simples paralelismos suscitados pela semelhança dos conteúdos” (BOURDIEU, 2004, p. 72).

Para Bourdieu, ao analisar as interações sociais o cientista deve procurar “a intenção objetiva escondida por debaixo da intenção declarada” (BOURDIEU, 2006, p. 73). Deve procurar, ao invés das

relações imediatamente visíveis entre os agentes [...], as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes que determinam a forma de tais interações (BOURDIEU, 2006, p. 66).

Segundo Bourdieu, a tarefa do investigador é mostrar quem exerce e de onde exerce o poder, para tanto “importa reconstituir o ‘campo’ dos agentes emissores dos discursos e a posição que cada um destes ocupa no espaço social em que se inscreve, para se compreender a que tipo de poder se está referindo” (SIMIONI, 1999, p. 112). Essa reconstituição da posição dos agentes no interior do campo permite ao investigador mapear os capitais que cada agente possui, além de identificar como esses agentes manipulam esses capitais na busca da legitimação da sua visão de mundo, ou seja, como exercem o poder. Entender esse processo me permitirá interpretar o discurso produzido no interior do campo.

O estruturalismo genético desenvolvido por Pierre Bourdieu se propõe a analisar o mundo como um composto de estruturas que escapam à consciência dos agentes, coagindo suas práticas e representações, e, concomitantemente, introduz a dimensão genética destas práticas. Procura ver como, através de esquemas de percepção adquiridos – os *habitus* –, os indivíduos participam da construção deste mesmo mundo através de suas ações e classificações (SIMIONI, 1999, p. 113).

A compreensão do discurso, para Bourdieu, “significa por um lado vê-lo como inseridos em um campo e, por outro, como produtos de agentes em luta pela imposição de suas visões de mundo como únicas e verdadeiras” (SIMIONI, 1999, p. 114).

O enunciado, dessa maneira, deve sempre ser percebido em relação ao contexto de onde surgiu, ou seja, ao campo onde agentes estão inseridos e onde travam uma luta pela apropriação dos capitais específicos.

Segundo Simioni (1999), o campo é estruturado pelas posições que os agentes nele ocupam e, assim, é preciso: i) especificar quem são os agentes; ii) quais suas trajetórias; e iii) quais tipos de capitais acumularam ao longo da sua carreira. Buscando, assim, “esclarecer a gênese de suas posições e, conseqüentemente, o significado de suas tomadas de posição” (SIMIONI, 1999, p. 114). Busca-se analisar o discurso produzido no campo, procurando identificar o sentido do que é dito. O foco de análise será a trama de relações no interior dessa rede.

Criei categorias para facilitar o trabalho da análise do conteúdo das falas dos entrevistados e dos participantes da rede nos debates durante as reuniões da mesma. Procurei, então, analisar as falas dentro das seguintes categorias:

- 1 Histórico – falas referentes à trajetória dos agentes e à história da rede.
- 2 Agentes – falas referentes aos agentes que participam ou participaram da rede.
- 3 Disputa entre lógicas de rede – falas dos agentes referente às diferentes concepções de rede.
- 4 Relação – falas referente à relação entre os agentes.
  - 4.1 – relações de conflito/disputa.
  - 4.2 – relações de solidariedade.

## 5 O CAMPO

### 5.1 O TERRITÓRIO DAS ILHAS DO DELTA DO JACUÍ

A rede de apoio à criança e ao adolescente abrange o território das Ilhas do Delta do Jacuí. O arquipélago é composto por 30 ilhas, situadas em seis municípios: Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo, Eldorado do Sul e Charqueadas. Sendo as principais ilhas (onde está quase a totalidade da população): Pavão, Grande dos Marinheiros, Flores e Pintada.

Historicamente, as ilhas foram habitadas por grupos guarani e também por quilombos, sendo colonizadas posteriormente por descendentes de portugueses, cuja atividade econômica principal era a pesca e a agricultura, ambas voltadas para o abastecimento do centro da cidade de Porto Alegre. Nessa época, o transporte entre o centro e as ilhas era feito unicamente via fluvial, o que dificultava um maior povoamento da região.

Com a construção da ponte sobre o Guaíba, que liga a capital, Porto Alegre, à região sul do estado do Rio Grande do Sul, ocorreu um rápido crescimento populacional. Famílias provenientes tanto do êxodo rural quanto de outras áreas da cidade mudaram para o arquipélago, devido, principalmente, à facilidade de locomoção entre essa área e o centro da cidade.

Entre as décadas de 1950 e 1970, a prefeitura de Porto Alegre passou a utilizar as ilhas como aterro de lixo doméstico, surgindo daí a relação histórica entre a região e o trabalho com o lixo.

Entre os anos de 1996 e 2000, houve, na região, um aumento da população de 92,14% (Anuário Estatístico. 2005). Já em 2006, segundo o banco estatístico do Observatório da cidade de Porto Alegre, a população do arquipélago atingiu um total de 7.619 pessoas. A maioria da população é composta de jovens até 24 anos de idade (cerca de 52%), sendo que os menores de 19 anos representam 43% do total.

Entre os responsáveis por domicílios no arquipélago, há uma porcentagem de analfabetos maior do que a média do município de Porto Alegre. Enquanto a média do município é de 3,4%, nas ilhas ela chega a 11,5% (Observatório POA). A escolaridade média dos responsáveis por domicílio nas ilhas é de 4,7 anos,

enquanto a de Porto Alegre é de 9,1 anos. Cerca de 83% dos moradores do arquipélago não completaram o Ensino Fundamental.

A taxa de mortalidade infantil na 1ª região do Orçamento Participativo (OP), da qual a ilha fazia parte (a partir do ano de 2007, as ilhas passaram a compor a 17ª região do OP), é a segunda maior entre todas as regiões, cerca de 20,4 por 1000, e a taxa de homicídio é a quarta maior. Levando-se em consideração que as ilhas são uma região mais carente do que os bairros Navegantes e Humaitá (outros componentes da 1ª região), sendo também menos populosa que esses bairros, pode-se supor que a taxa é maior do que a da região.

A maioria das residências no arquipélago está em situação fundiária irregular. Somente em parte da Ilha da Pintada há pavimentação nas ruas. A maioria dos domicílios está desprovida de água encanada, sendo abastecida por carros-pipa.

O problema fundiário nos arquipélagos estava relacionado com a questão de a região estar dentro do Parque Estadual Delta do Jacuí, sendo assim, havia a proibição para a construção de casas e, por conseqüência, para a urbanização da área. Em 2005, a área foi declarada Área de Proteção Ambiental (APA), de forma a permitir a existência de propriedades privadas e a instalação de infra-estrutura de urbanização. A APA disciplina a ocupação e o uso do solo. A aprovação da APA permitiu a continuidade das atuais moradias. Mas, até o momento, a APA só regularizou a situação das mansões e das marinas que estão nas ilhas, mantendo a situação irregular das casas da população mais pobre.

Como se pode perceber, o arquipélago é formado, basicamente, por moradores de baixa renda, com déficit educacional e de atendimento de saúde, vivendo, em sua maioria, sem infra-estrutura básica (água, esgoto, pavimentação etc.).

## 5.2 A REDE DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O foco da pesquisa são as relações entre os agentes que participam da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente nas Ilhas do Delta do Jacuí. Segundo as lideranças entrevistadas, é a rede social mais estruturada dentro do território. Apesar de estar nomeada como de apoio à criança e ao adolescente, os temas debatidos

vão além. Como afirma uma líder comunitária, “apenas 1/3 da nossa pauta é voltado para a questão da criança e do adolescente”. São debatidas as demandas gerais daquela comunidade, e a criança e o adolescente seriam o problema aglutinador. A rede também seria aberta, ou seja, possibilitaria a participação de todos os agentes atuantes nas ilhas.

As reuniões da rede acontecem na Ilha Grande dos Marinheiros, numa casa pertencente aos irmãos maristas, no mesmo terreno de uma central de reciclagem também apoiada pela comunidade marista. Os encontros são de 15 em 15 dias, sendo que é comum se realizarem reuniões extraordinárias em outras datas. Os agentes participantes são líderes de diversos movimentos sociais, cooperativas, agências do governo, ONGs etc. atuantes no território do arquipélago. Segundo a fala de uma líder comunitária participante, “a rede é uma reunião de grupos do poder público e da sociedade onde se discute tudo o que envolve a comunidade”, a rede “vem ao encontro do grito da comunidade”.

A rede é antiga, tem mais de 16 anos, surgiu por uma necessidade da comunidade como um fórum de serviços, onde se encontravam para debater as demandas locais.

Por participarem da rede vários agentes que atuam no arquipélago, se torna difícil descrever todos os seus participantes. Há um número incontável de agentes que atuam ou atuaram no território, sendo que muitos o fazem de forma esporádica e desarticulada. Muitos agentes realizam ações pontuais sem continuidade, de modo que nem os participantes mais ativos da rede sabem realmente quem são todos os agentes em atuação no arquipélago. Como se expressa na fala de uma participante: “Muitos são os atores sociais que fazem parte desse cenário”.

Mas pude mapear, através da participação nas reuniões da rede e das entrevistas com agentes participantes, quem são os mais atuantes, aqueles que têm presença mais efetiva e permanente. São eles:

- Delegados e coordenadores do Orçamento Participativo (OP);
- Centrais de reciclagem;
- Associação dos carroceiros;
- Escolas municipais;
- Irmãos Maristas;
- Clube de Mães;

Cooperativa Mista de Produção e Serviços Arquipélago (Coopal);  
Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD);  
Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC);  
Secretaria Municipal de Educação (SMED);  
Centro Administrativo Regional (CAR Ilhas);  
Centro de Educação popular - Camp;  
Ação rua;  
Ilhéus ecológicos;  
Governança Solidária;  
Lideranças comunitárias das ilhas;  
Agentes de saúde;  
Organizações de Apoio;  
Agentes ligados à prefeitura, como o DMLU, são chamados para resolver questões pontuais;  
Organizações não-governamentais, principalmente ligadas ao problema das drogas.

Segundo a fala de uma participante, as comunidades pobres das ilhas sempre conviveram em um cotidiano de falta de acesso aos direitos básicos. A rede é “composta por sujeitos que não têm acesso a seus direitos e que precisam ser escutados e valorizados para que produzam e construam alternativas coletivas para suas dificuldades”.

Para outro participante, a rede de apoio à criança e adolescente se diferencia das outras redes na cidade, porque tem um cunho de mobilização social bastante forte. Ela não seria uma rede restrita ao atendimento a crianças e adolescentes, mas também “uma rede informal de apoio e trocas de informações”.

### **5.2.1 Duas visões de rede em disputa**

Com a observação das reuniões da rede e as entrevistas com participantes, pude observar que há uma luta por legitimidade ocorrendo entre os agentes atuantes no território. Principalmente entre as lideranças comunitárias mais

participativas (aqueles que estão freqüentemente nas reuniões) e os agentes da prefeitura, ou seja, pessoas que representam secretarias, agências ou projetos ligados à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Os representantes da prefeitura buscam, a todo momento, legitimar os fóruns por eles considerados legais (como o Fórum Local de Delegados do OP (FLOP), por exemplo), ou seja, os que foram criados pela prefeitura. E, por outro lado, tentam deslegitimar a rede como local de debate sobre as demandas da comunidade. Um caso exemplar dessa prática é a atuação do coordenador do Car Ilhas, que não participa das reuniões da rede por considerá-la ilegítima e os grupos atuantes nela, “baderneiros”.

Mesmo os agentes da prefeitura que participam freqüentemente das reuniões da rede, como a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a Governança Solidária, a consideram legítima somente para debater os assuntos ligados à criança e ao adolescente, buscando fazer com que os outros temas sejam debatidos nos fóruns competentes.

O projeto de Governança Solidária da Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem por objetivo a promoção do desenvolvimento das pessoas e das comunidades da cidade via cooperação entre governo e sociedade. Passando para a iniciativa privada as ações que, na gestão anterior da prefeitura, eram realizadas pelo estado.

Uma entrevistada que participa da rede há mais de oito anos falou que, antigamente (referindo-se à gestão passada da prefeitura), a rede reunia todos os agentes da prefeitura atuantes nas ilhas, e as decisões eram tomadas na própria rede. Na atual gestão, a rede teria sido esvaziada, só participando os agentes municipais ligados ao problema da criança e do adolescente.

A rede, pelo que relatam essas lideranças, está sendo pressionada pela prefeitura para se ater à questão da criança e do adolescente, deixando de debater os problemas gerais da comunidade, como estava ocorrendo até a gestão do prefeito anterior. Como relata uma liderança da comunidade, “a gestão anterior foi quem trouxe toda essa questão da descentralização, agora parece que inverteu”.

Segundo relatado, havia, por parte da gestão anterior da prefeitura, o incentivo ao debate e ao desenvolvimento de sugestões da comunidade, e isso era realizado no interior da rede de apoio à criança e ao adolescente. Mas “houve uma mudança, querendo ou não, houve uma mudança, e a comunidade acaba pagando por isso”. Os agentes da prefeitura, segundo relato, “dizem o que fazer, e nós temos

que fazer”. Segundo essa liderança, “o problema deste governo é que eles têm a tendência de querer tocar o povo que nem boi, vamos pra cá, vamos pra lá. Tem que ser como eles querem”.

Pode-se, assim, ver no interior da rede uma disputa entre duas visões de rede, fruto do confronto entre duas visões de mundo. A visão do poder deposto (quatro mandatos consecutivos de prefeitos do Partido dos Trabalhadores (PT)) e a visão do poder instituído (no presente), cuja prefeitura está na mão do Partido Popular Socialista (PPS).

Essas duas visões de mundo geram, por consequência, duas lógicas de solidariedade, a primeira (do poder deposto) baseada no ideário da economia solidária e a segunda (poder instituído) baseada no que denominam de economia social, cuja diferença fundamental com relação ao modelo anterior residiria na ausência de questionamento ao modelo capitalista de produção.

A lógica da economia solidária tem como ideal uma inserção, por parte da população carente, alternativa ao mercado capitalista, baseada no trabalho solidário, enquanto a economia social busca uma integração ao mercado capitalista. Além disso, a última delega aos empresários e às organizações da sociedade civil a tarefa de organizar e desenvolver a comunidade, o que pode ser entendido como terceirização da tarefa social do Estado.

Dentro da proposta defendida pela prefeitura municipal na gestão do PT, a rede “passou a ser o espaço de discussão e reivindicação dos moradores para buscarem parcerias e melhorias para a comunidade”. Segundo essa mesma entrevistada, o programa coletivo de trabalho da gestão anterior foi de grande importância para a construção de um espírito comunitário na comunidade das ilhas. Como está expresso na fala de um líder comunitário:

Através do coletivo de trabalho, do curso de autogestão e cidadania que teve no projeto coletivo, as pessoas parecem que abriram os olhos, começaram a enxergar que havia direitos que a gente podia buscar, e começaram a acreditar.

Para a entrevistada, “a partir dos coletivos de trabalho surgem vários grupos com interesse de montar cooperativas como alternativa de trabalho”. A partir desse processo, surge, em 2001, a Cooperativa Mista de Produção e Serviços Arquipélago (COOPAL). Essa cooperativa, junto com o Clube de Mães, passou a trabalhar para

um desenvolvimento alternativo na comunidade. A COOPAL como alternativa aos carroceiros (coleta de lixo) e à criação de porcos, e o Clube de Mães buscando “organizar a comunidade em torno do trabalho com mulheres e crianças, buscando um trabalho educativo e também gerando emprego e renda para a comunidade”.

Segundo outro entrevistado, cada uma das lideranças tem um nível de legitimação. A COOPAL, por exemplo,

[...] é uma cooperativa que surge com pessoas desempregadas, no governo Olívio tinha um programa chamado coletivos de trabalho, a COOPAL surge desse programa [...], desse grupo forma o núcleo que segue se especializando e aprofundando o debate sobre a cooperativa.

Pode ser claramente observado, tanto nas falas dos entrevistados quanto nas reuniões da rede, esse embate entre as duas concepções de rede, além da busca, por parte dos diferentes agentes no interior do campo, de legitimar a sua visão e deslegitimar a do outro, utilizando-se dos capitais que possuem como objetivo de impor a sua lógica como dominante.

Segundo uma entrevistada, é função das organizações e das lideranças que defendem uma forma alternativa de inserção ajudar para que “o poder dado aos moradores da comunidade não seja atropelado por outras lógicas de perceber o social”.

As duas lógicas em disputa no interior da rede querem impor como legítimos dois tipos de visão de mundo: as lideranças comunitárias identificadas com o ideário da economia solidária buscam legitimar a visão de uma rede como um espaço público de debate democrático nos moldes do discurso da economia solidária, enquanto a prefeitura, através dos agentes a ela ligados que atuam no território, busca legitimar o que denomina de rede de governança solidária, a qual, como referido anteriormente, não questiona as conseqüências políticas do modo de produção capitalista.

**Quadro 1: Duas visões de rede**

CONTROLE DO ESTADO	Poder deposto (PT)	Poder instituído (PPS)
DISCURSO	“Solidariedade”	“Solidariedade”
IDEÁRIO	Economia Solidária Democratização das relações de produção	Economia Social Cooperação com o mercado capitalista
INSTÂNCIA DE PODER	OP (Orçamento Participativo)	OP (Orçamento Participativo)
VISÃO DE REDE	Rede de Economia Solidária	Rede de Governança Solidária
DINÂMICA DE PODER	De baixo para cima	De cima para baixo

A rede, portanto, é um campo de disputa de poder onde os agentes se utilizam de seus capitais com o objetivo de impor a sua legitimidade e a sua verdade (no caso, a concepção legítima de rede) ao campo. E, nessa disputa, os agentes estão em relação desigual de poder, pois possuem diferentes tipos específicos e quantidades de capital.

Para facilitar a análise das relações entre os agentes no interior da rede e para poder mapear os capitais que possuem, construí, baseado nas observações e nas entrevistas, quatro categorias de agentes atuantes na rede:

Agentes do Poder Público;  
Lideranças comunitárias ligadas à Governança Solidária;  
Lideranças comunitárias ligadas à Economia Solidária;  
Organizações de apoio.

Os agentes do poder público são todas as secretarias, agências, programas etc. do estado que atuam no território das ilhas, incluindo o Centro Administrativo Regional Ilhas (CAR – Ilhas), a SMED, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), os postos de saúde, as escolas etc. Esses agentes, por estarem ligados à prefeitura, buscam impor a visão de rede de Governança Solidária. Utilizam-se dos seus capitais de modo a fazer valer a sua verdade.

A categoria agentes do poder público possui os seguintes capitais: capital simbólico, pois são os representantes legítimos da prefeitura, portanto atuam no território em nome desta; capital econômico, pois a maioria dos investimentos e financiamentos no território ou é disponibilizada pela própria prefeitura ou repassada

por ela. Um exemplo são as verbas destinadas pelo Ministério da Saúde para a COOPAL no projeto de prevenção da dengue, que, apesar de ser um recurso federal, passa pela prefeitura; além de capital cultural e político.

A prefeitura, principalmente na figura do coordenador do Car Ilhas, procura beneficiar certas lideranças comunitárias em detrimento de outras. Jogo esse que busca cooptar essas lideranças para a defesa da governança solidária. São essas lideranças que categorizo como lideranças comunitárias ligadas à governança solidária.

Essas lideranças obtêm apoio econômico e reconhecimento dados pelos agentes da prefeitura, além de possuírem capital simbólico, tanto por esse reconhecimento quanto por serem legitimadas pela comunidade, ou seja, são lideranças reconhecidas pela comunidade.

A terceira categoria de agentes atuantes no território do arquipélago é a das lideranças comunitárias ligadas à economia solidária. São os agentes que buscam a legitimação da rede, apoiados no discurso da economia solidária. Estão em conflito com a prefeitura e seus agentes. Detêm capital simbólico, pois são legitimadas pela comunidade. Quanto ao capital político ele está desigualmente distribuído entre os agentes dessa categoria, há nesses líderes o desenvolvimento de um *habitus* político apreendido na participação destes em fóruns, reuniões, cursos de formação de lideranças, OP etc. São dependentes de capital cultural de outros agentes externos, as chamadas organizações de apoio.

As organizações de apoio são os grupos exógenos que apóiam a rede, principalmente, nas áreas de formação de lideranças, saúde, educação, combate as drogas, apoio técnico etc. Detêm capital cultural e capital econômico, pois obtêm financiamento de seus projetos diretamente do estado ou de outras agências de financiamento. Desenvolvem projetos na comunidade buscando se legitimar no campo.

O que se observa nas reuniões da rede é a forte participação das lideranças ligadas à economia solidária. As reuniões são dominadas por esse grupo, são os que conseguem falar e fazer valer a sua opinião. É esse grupo que “fala em nome” da rede e da comunidade. Procuram a todo instante falar da importância da rede como espaço de debate, onde as demandas da comunidade devem ser analisadas e resolvidas, entrando constantemente em choque com os agentes da prefeitura.

Um exemplo desse embate ocorreu na segunda reunião de que participei, quando se estava debatendo o problema da falta de manutenção de uma ponte que liga a Ilha Mauá à Ilha da Pintada. A representante da SMED que estava participando da discussão desqualificou a rede como locus legítimo de debate, remetendo a legitimidade para a reunião do Fórum Local de Delegados do OP (FLOP). A coordenadora da reunião imediatamente repreendeu a representante da SMED, afirmando a legitimidade da reunião.

O choque entre essas duas lógicas de rede é observado quando se questiona as lideranças sobre o programa Governança Solidária da atual gestão da prefeitura de Porto Alegre. Como pode ser observado na fala dessa liderança: “Eu vou te dizer com boas letras o que nós pensamos da Governança Solidária, é para inglês ver. Porque, na realidade, a questão da Governança veio numa linha de dar um ‘chega para lá’ no OP”. “A gente vai porque a gente tem que tá ali, sabendo o que estão falando e fazendo, mas para nós não significa nada.”

Ou, como relata outra participante da rede, “eles (Governança Solidária) não têm a percepção, eles definem as coisas, avisam a comunidade para a rede botar em prática aquilo que eles definiram”.

Segundo um entrevistado, há organizações mais tradicionais, de pouca contestação social, que não participam da rede. Sendo que o principal agente político da prefeitura, o coordenador do CAR Ilhas, também não participa. “Ele acha que não tem que ir lá dar satisfação, não tem que estar conectado com a rede”, além de não considerar a rede um espaço oficial.

Além do mais, a prefeitura promove um curso de educação para a paz, realizado com as lideranças comunitárias do território. Com o objetivo, segundo uma liderança que participou do curso, de que elas se educassem para a paz e não para o conflito e para a contestação, procurando, com isso, mostrar para a comunidade que ela se beneficiaria mais não questionando.

### 5.2.2 A rede de Economia Solidária

Pelo fato de a minha pesquisa estar centrada nas redes de economia solidária, focarei a minha análise na lógica da economia solidária. Ou seja, mesmo havendo uma disputa entre duas concepções de rede no interior da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente, pretendo, como foi proposto, analisar as relações entre os agentes na rede de economia solidária.

Sendo assim, centrarei a minha análise na relação dos agentes dentro da categoria lideranças comunitárias ligadas à economia solidária. Não esquecendo que o conflito decorrente da disputa entre as duas lógicas de rede (Economia Solidária x Governança Solidária) influencia, também, as relações entre os agentes da rede de economia solidária, de modo a desarticular essas lideranças, como relata um agente participante: “Como as fontes de recursos são as mesmas (poder público), às vezes as entidades podem estar disputando o mesmo recurso”, o que “ajuda na cisão entre elas”. Mas, por outro lado, une as lideranças no combate à tentativa, por parte da prefeitura, de impor uma nova lógica de rede.

Com base nas entrevistas e nas observações das reuniões da rede, à luz da revisão teórica desenvolvida neste estudo, sugiro a hipótese de que a solidariedade na Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente (na sua lógica de rede de Economia Solidária) não é estável. Ela se faz e se desfaz de acordo com os interesses, sendo assim, o que ocorre são momentos de solidariedade.

Os agentes participantes da rede baseados no ideário da economia solidária são:

- Delegados e coordenadores do OP;
- Cooperativados da COOPAL;
- Associações de carroceiros;
- Centrais de reciclagem;
- Horta comunitária (ilhéus ecológicos);
- Clube de Mães;
- Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD);
- Organizações de Apoio.

### 5.2.2.1 Dinâmica entre os agentes na rede de Economia Solidária

Mesmo os agentes que defendem a lógica de uma rede de economia solidária no interior da rede intercalam, entre si, momentos de solidariedade com momentos de disputa e de conflito. As entrevistas e a participação nas reuniões da rede me permitiram observar que, mesmo estando esse grupo unido contra a tentativa, por parte da prefeitura, de impor uma outra concepção de rede, quando esse assunto desaparece no debate é possível observar a existência de uma série de conflitos entre os agentes, que partilham do ideário comum da economia solidária.

Analisarei, inicialmente, os momentos de conflito entre os participantes e, em um segundo momento, os momentos de solidariedade em que eles se unem, passando a defender um ideal comum.

Como citado anteriormente, a disputa entre as lógicas da economia solidária e a da governança solidária influencia diretamente os agentes participantes da rede. Mesmo quando se analisa, especificamente, os agentes que defendem o ideário da economia solidária, observa-se que existem disputas entre eles.

O fato de os recursos geridos pelas entidades participantes da rede provir da prefeitura, seja diretamente ou intermediados por esta, resulta num potencial de conflito entre as lideranças identificadas com a economia solidária, as quais, muitas vezes, competem entre si por um mesmo recurso, o que possibilita à prefeitura utilizar esses mesmos recursos de modo a estimular a competição entre os agentes.

Dentro dessa dinâmica, as próprias diferenças entre as lideranças comunitárias ligadas à governança solidária e as ligadas à economia solidária se tornam tênues em determinados pontos. A prefeitura pode se utilizar desse fato para cooptar lideranças.

Um agente participante da rede confirma, no seu relato, esse potencial de conflito. “Outro problema é a mediação das relações entre aqueles que trazem recursos para a comunidade e as lideranças comunitárias, quando as expectativas e os interesses entram em conflito.”

Essa situação leva ao conflito entre as entidades. Como é relatado por uma liderança comunitária: “Nós conseguimos nos dividir até no orçamento participativo”. Essa divisão, segundo essa liderança, acontece “por questão de picuinhas de entidades”, ou seja, “uma entidade se acha melhor do que a outra”, fazendo com

que a rede seja “um espaço de altos e baixos” que vive “diferentes momentos, momentos de muita integração, momentos de muita disputa e briga interna”.

A rede congrega diversas entidades e agentes com interesses diferentes. Como relata uma liderança: “São várias as questões aqui: a questão do carroceiro, das licitações dos trabalhadores da COOPAL, a questão dos galpões, que está ligada diretamente ao lixo, a questão dos pescadores”. Há, portanto, uma multiplicidade de interesses e objetivos que, muitas vezes, entram em conflito.

Um exemplo desse conflito de interesses é o projeto da COOPAL de prevenção da dengue. A COOPAL coordena o projeto nas ilhas com verbas do Ministério da Saúde, repassadas pela prefeitura de Porto Alegre. Um dos principais problemas no combate à dengue na ilhas é o acúmulo de lixo nas casas e nos galpões de reciclagem. O projeto entra diretamente em choque com a questão do lixo, base da economia das centrais de reciclagem e dos carroceiros, ou seja, de uma parte da população, gerando, assim, um conflito entre membros da comunidade e a COOPAL.

A prefeitura se utiliza desse conflito de interesses buscando desarticular a rede. Há, nas ilhas, uma série de ONGs apoiadas pela prefeitura que buscam terminar com o lixo. São essas que, por outro lado, minam o desenvolvimento do movimento dos carroceiros.

A questão da política do lixo gera desconfiança por parte da Associação dos Carroceiros quanto à atuação da prefeitura e das ONGs nas ilhas. Segundo uma agente, a Associação dos Carroceiros “é uma instituição referência na comunidade que começa a entender que a luta dos carroceiros não deve estar articulada com a rede, porque não tem confiança nem no governo e muito menos nas ONGs”.

Essa desconfiança faz com que os carroceiros não participem das reuniões da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente, mas, mesmo assim, eles estão ligados à rede através do contato que mantêm com as outras lideranças e entidades participantes. Eles, segundo a fala de alguns entrevistados, não participam de reuniões em que estejam presentes agentes da prefeitura e de ONGs. Ou seja, as lideranças têm, entre si, uma rede de trocas de informações. O fato apareceu em uma reunião de que participei, na qual não havia agentes da prefeitura presentes. A coordenadora da reunião falou que a ausência foi boa porque, então, seria possível tratar de assuntos que não poderiam ser debatidos na frente daqueles agentes.

Portanto, vejo, entre as lideranças comunitárias, diversas maneiras de se portar, de acordo com quem esta participando da reunião. Sendo que, em determinadas situações, muitos agentes, como ONGs e a prefeitura, não são avisados sobre ações a serem realizadas pelas lideranças. Como no caso de um protesto ocorrido em frente à prefeitura de Porto Alegre, que reuniu os carroceiros, a COOPAL, o Clube de Mães e outras lideranças das ilhas. Ao entrevistar um agente representante de uma ONG atuante na ilha, que participa das reuniões da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente e tem identificação ideológica com a economia solidária, ele me relatou que ficou sabendo da manifestação pelo jornal.

Outro foco de potencial conflito entre os agentes da rede de economia solidária é a atuação das organizações de apoio, as quais, muitas vezes, se utilizam de práticas clientelistas no território das ilhas. Agem buscando se legitimar no campo, construindo apoio comunitário baseado em doações. Do mesmo modo que ocorre em relação à prefeitura, as entidades comunitárias passam a competir entre si por essas doações. As que conseguem as doações acabam ficando dependentes e subordinadas aos doadores.

Uma agente relatou a existência dos chamados “padrinhos” e “madrinhas”. São representantes de uma organização de apoio, atuante há muitos anos nas ilhas, que doou máquinas (no caso, prensas para compactar lixo) para uma central de reciclagem. De modo que, hoje em dia, os trabalhadores e os responsáveis pela central, que é comunitária, ficaram subordinados a esse grupo.

Essa dependência faz com que o comportamento das lideranças comunitárias seja determinado por quem está participando da reunião, buscando não ferir seus próprios interesses. Isso se torna visível, segundo uma liderança, quando há uma mudança no local da discussão. Conforme o seu relato, na reunião de rede pode haver entendimento, e o grupo passa a defender um determinado ponto comum, mas, quando se passa a debater o tema em outro espaço (no caso, o FLOP), ocorre uma cisão. Porque lá estão presentes outros agentes e aparecem novos interesses.

Tem uma entidade aqui que está com problema e vem participar da rede em busca de solução, se tenta solucionar, se faz uma luta, briga, e quando se pensa que estamos caminhando juntos, no momento que tu vais pra outra reunião, em outro espaço, tem toda uma contrariedade, se posiciona com outra atitude frente às outras lideranças [...]. Tem momentos que tu achas que as coisas vão bem, mas, a partir do momento que tu vais pra outro espaço, tu vêes que as coisas não vão tão bem.

Mostra-se, assim, a existência de um jogo de interesses no interior da rede, em que as lideranças avaliam constantemente como devem agir frente a determinadas pessoas e em determinadas situações, buscando atingir seus interesses particulares, não levando em consideração o que foi decidido pelo grupo em momento anterior. Ou seja, quando há interesse em agir solidariamente, se age, mas quando é vantajoso agir individualmente se vai por esse caminho.

Não estou querendo afirmar que as lideranças se comportam baseadas apenas em uma racionalidade instrumental, medindo ganhos e perdas antes de agir. Pois, muitas vezes, a decisão baseada no interesse individual, tomada por uma liderança, pode prejudicar a comunidade como um todo. Pode ser vantajosa no momento, a curto prazo.

O discurso das lideranças, tanto nas entrevistas quanto nos debates nas reuniões da rede, é de que agem e pensam em prol da comunidade e não por interesses próprios. São os outros que agem e pensam assim.

Um fato curioso ocorrido numa reunião da rede foi a doação, por parte de uma pessoa física que permaneceu no anonimato, de uma quantia de R\$ 1.000,00, que deveria ser destinada para o auxílio dos desabrigados de uma enchente. A doação foi feita através de uma organização que atua no território. Pelo motivo de essa organização buscar desenvolver, entre os participantes da rede, a autogestão, ela levou à reunião a questão de como deveria ser gasto o dinheiro, de modo a fazer com que os participantes decidissem onde deveria ser alocado o recurso.

Depois de um debate entre as lideranças presentes, foi decidido dividir o dinheiro entre três entidades, que, de acordo com o grupo, eram as mais necessitadas no momento. Na reunião seguinte, após o dinheiro ser entregue aos representantes das respectivas entidades, uma das lideranças disse que abriu mão da doação em prol de outras entidades porque, no momento, eram as que precisavam mais. Argumentou que ele poderia ter ficado com o dinheiro, mas agiu solidariamente, e que foi graças a ele que essas entidades receberam o dinheiro.

Essa “preocupação” com a comunidade serviu para essa liderança reafirmar a sua posição de líder. A solidariedade foi usada como meio de legitimar a sua liderança. Do mesmo modo como ocorre com a ação dos chamados “padrinhos” e “madrinhas” com as entidades beneficiadas por suas doações. Cria-se aqui, também, uma relação de subordinação e uma dependência entre as entidades.

Outro fato gerador de conflito no interior da rede é a questão da centralização e da perpetuação das lideranças no poder das entidades e da própria rede. Fato observado nas reuniões da rede, que também representa uma preocupação de determinadas lideranças, como mostra o relato: “Hoje existe, na comunidade, a busca das lideranças para garantir seus espaços”. Ou como o relato de outro entrevistado: “Essa é a preocupação maior, e não só da nossa comunidade, é uma preocupação da maioria das comunidades e nos próprios movimentos sociais. Tem que ter mais envolvimento, principalmente do jovem”.

Tanto nas entrevistas quanto na observação das reuniões, pude constatar essa característica nas lideranças comunitárias presentes. Há, por parte destas, a tendência de se perpetuarem no poder e de se legitimarem cada vez mais no campo. Há pouco espaço para a participação de novas lideranças e até da própria comunidade. Os líderes centralizam em si as demandas da comunidade. Como relata um entrevistado, “algumas lideranças, que presidem entidades antigas, que não se abrem, têm a preocupação de perder espaço”.

Não só as lideranças comunitárias não abrem espaço para a renovação como buscam ampliar cada vez mais o seu espaço, apesar do discurso recorrente sobre a necessidade de novas lideranças. Há uma grande concentração de poder nas mãos dos líderes comunitários, impedindo a participação direta da comunidade e o surgimento de novos líderes. Eles buscam manter a sua posição no campo.

Quando se analisa a dinâmica das reuniões da rede, percebe-se que as reuniões são claramente dominadas pelos líderes comunitários ligados à economia solidária. São eles que têm legitimidade para falar e os que realmente são ouvidos. Quando representantes de entidades não ligadas a esse grupo, ou que têm uma visão de rede e de luta diferente desse grupo, procuram falar, ou não são ouvidos, ou são criticados. Como se observa no seguinte exemplo: uma representante de uma entidade ligada à Governança Solidária participou de uma determinada reunião, relatou um problema que acontecia na sua rua. Não conhecendo os ritos adequados (pois era a sua primeira reunião), ela foi imediatamente cortada pela coordenadora da reunião, a qual lhe explicou como deveria proceder. Na reunião seguinte, um caso semelhante apareceu. Uma liderança, identificada com a economia solidária, trouxe um problema parecido, e o tratamento foi diferente, pois conseguiu falar e ser ouvida.

Mas mesmo os participantes dessa categoria não estão em relação de igualdade de poder entre si, alguns possuem uma maior legitimidade do que outros para falar nas reuniões da rede. Há um grupo reduzido de lideranças que coordenam as reuniões, são eles que avisam os demais sobre os encontros, conduzem os procedimentos, decidem o tempo de fala, escrevem a ata etc. São os responsáveis pela institucionalização do rito.

Entrevistando a coordenadora da rede e uma outra participante do grupo de coordenação, me relataram que esse rito foi necessário para dar ordem às reuniões. Mas pude observar que, muito mais do que somente organizar a reunião, o rito, ou o controle sobre os procedimentos, serve como um instrumento para fazer valer a vontade desse grupo.

O fato de comandar a reunião, dar os tempos para os outros participantes falarem, colocar determinadas pautas em votação, possibilita a esse grupo aprovar a tese que defende, como pude observar no seguinte exemplo que ocorreu numa reunião da rede: os participantes estavam discutindo a proposta de um seminário a ser desenvolvido pela governança solidária. O grupo que coordena a rede não queria o seminário, apresentou os motivos e chamou os participantes para se posicionarem. Houve silêncio. Então, passaram para a próxima pauta da reunião, dando a questão como encerrada. Nesse momento, uma liderança que queria o seminário passou a defender os benefícios da sua realização. Seguiu-se a seguinte discussão:

Coordenadora: O que o grupo quer?

Participantes: (Silêncio.)

Coordenadora: Irmão (marista)?

Participantes: (Silêncio.)

Participante do grupo de coordenação: A gente faz um relatório e envia (em vez da reunião). Esse foi o encaminhamento feito.

Coordenadora: Tá claro!

Participantes: (Silêncio.)

Coordenadora: Próxima pauta.

Os membros desse grupo têm legitimidade para falar nas reuniões. São os que falam em nome da rede e da comunidade. Impõem a sua vontade à comunidade e à rede. São os que têm o domínio da palavra. Não por coincidência, os integrantes

desse grupo participam também de reuniões, fóruns, seminários, cursos de formação de lideranças etc., são coordenadores e delegados do OP. Essa prática política possibilitou a construção de um saber-fazer político, de um *habitus* político.

É possível, assim, perceber que, mesmo dentro da categoria lideranças ligadas à economia solidária, há desigualdade de poder entre os agentes integrantes. Não só de capital político, como mostrado no parágrafo anterior, mas também de capital cultural, pois, mesmo a categoria estando carente desse capital, alguns possuem mais do que outros. Desse modo, pude observar que os agentes que possuem maior quantidade de capital político e cultural acabam utilizando-o com o objetivo de dominar o campo. O relato de uma liderança pode exemplificar a questão: “Nós estamos com um problema aqui no OP [...], não ter o domínio da questão do saber, tu tá num processo, mas tu entrou nele agora, e tem os que estão há mais tempo e não socializam a informação”.

Mas é preciso ter claro que isso não ocorre de maneira consciente, pois, nas entrevistas com os participantes desse grupo coordenador, é recorrente o discurso de isonomia entre os integrantes da rede.

A existência, entre os agentes participantes da rede, de interesses diversos e também de quantidades desiguais de capitais gera um ambiente potencialmente conflituoso. Pode-se observar, nas falas dos agentes, que a história da rede está permeada de situações de disputa. “Existiam inúmeros conflitos, das lideranças não se suportarem, completamente fragmentadas, alguns anos atrás, lideranças da Ilha da Pintada não podiam vir para cá (Ilha Grande dos Marinheiros)”.

A situação levava, muitas vezes, à quase extinção da rede. “Teve um tempo que as reuniões da rede cessaram um pouco, e já no governo anterior, porque as lideranças só se agrediam. Eu vou te contar uma coisa, era terrível.” Outro exemplo de conflito nas reuniões da rede foi o caso, relatado pela coordenadora da reunião, do roubo do livro de atas: “Depois de uma discussão bem séria, roubaram o livro de atas”.

Uma agente participante, falando sobre a sua desilusão quanto a construir uma rede solidária baseada na harmonia: “Eu tentei construir uma rede de diálogo, de acordos, mas eu vi ali que é um diálogo negociado, de interesses”.

Mas, mesmo sendo um ambiente com um grande potencial de conflitos, a análise da dinâmica da rede mostra que, em determinados momentos, as lideranças e as entidades, que estão em uma relação de disputa, acabam se unindo em prol de

um interesse comum. Há momentos de solidariedade e de união entre os diversos agentes da rede.

A disputa entre as suas visões de rede faz com que os agentes participantes identifiquem a prefeitura atual como um inimigo comum. Apesar de esse confronto de concepções, entre a economia solidária e a governança solidária, gerar uma série de conflitos e de embates entre os agentes da prefeitura e as lideranças da comunidade, por outro lado acaba identificando claramente um inimigo a ser combatido.

Mesmo havendo conflitos internos, o grupo se une quando a própria sobrevivência da comunidade passa a ser ameaçada. Há, aqui, uma união em função da manutenção da rede no seu formato defendido pelas lideranças identificadas com a economia solidária. Deixam de lado, momentaneamente, as suas diferenças para preservar a rede.

Além desses embates contínuos de defesa das características de economia solidária da rede, identifiquei, nesses quase três meses de pesquisa de campo, dois exemplos significativos de união entre os agentes. Momentos em que deixaram de lado os conflitos internos e se uniram em benefício de um interesse comum.

O primeiro foi a manifestação na prefeitura de Porto Alegre que teve por objetivo resolver algumas demandas de entidades da ilha. A COOPAL, os carroceiros e o Clube de Mães se encontravam em conflito entre si. Mas, no momento, todas as entidades tinham demandas não atendidas pela prefeitura: os carroceiros com o problema do trânsito das carroças na cidade, a COOPAL com o problema do atraso no pagamento dos salários dos cooperativados e o Clube de Mães com a questão da redução do número de crianças atendidas pela entidade. Essas entidades passaram a utilizar a rede como forma de se articular e realizar um protesto conjunto. Devido ao nível de conflito entre as entidades, esse fato foi muito comentado na última reunião da rede no ano, quando os agentes fizeram uma avaliação das ações. Como se expressa na fala de um cooperativado da COOPAL: “O que eu gostei de ver, esse ano, foi que o Clube de Mães, os carroceiros e a COOPAL deixaram de lado as picuinhas e se uniram para protestar na prefeitura”. Consideraram positiva a união de todos para a realização do protesto.

Segundo uma liderança, o ano começou com muitas dificuldades, pois os conflitos dentro da comunidade eram visíveis. Na sua opinião, tanto a comunidade quanto o governo haviam contribuído para esses conflitos. Relatou, ainda, que a ida

à prefeitura foi positiva, mas que a comunidade não pode apoiar “interesses de certas entidades que estão fazendo as coisas erradas”. Segundo essa liderança, uma das entidades, cuja demanda foi defendida no protesto, está com problemas internos e entrou no protesto de “gaiato”, o que poderia prejudicar a credibilidade da rede. Ou seja, ela admite que a união, momentânea, não exclui a possibilidade de embate em um segundo momento.

Outro momento de união entre as lideranças foi no caso da enchente. Após a última enchente nas ilhas, houve um conflito entre o coordenador do Car Ilhas e as lideranças de uma delas, as quais questionaram o gerenciamento do Car nas cheias (distribuição de cestas básicas). O grupo se uniu às lideranças das outras ilhas e fechou a BR 116, buscando, assim, pressionar a prefeitura para solucionar o problema.

Mesmo nesses dois casos descritos, vê-se que a união entre as lideranças da rede acontece em momentos de conflito com um agente externo (nos dois casos, a prefeitura de Porto Alegre) e quando a ação que pretendem realizar em conjunto congrega os diferentes interesses dos agentes participantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação é estudar a dinâmica das relações entre os agentes em uma rede de economia solidária, buscando problematizar a visão de rede de economia solidária de autores como Martinho e Mance, os quais vêem essas redes como estando baseadas na solidariedade e na isonomia. Esses autores afirmam que a organização em forma de rede gera relações horizontais e solidárias, com ausência de hierarquia.

Observa-se, na visão de rede desses autores, a ausência da problematização dos conflitos e das disputas nas relações entre os agentes participantes. Esses autores parecem não compreender a complexidade do fenômeno da economia solidária, pois, quando se observa em profundidade um empreendimento baseado nesse ideário, pode-se se dar conta da grande quantidade de agentes envolvidos. Tem-se desde agentes do governo até agentes da iniciativa privada, ONGs, universidades, sindicatos, movimentos sociais, igrejas, associações de moradores etc.

Além da quantidade de agentes participantes na rede de economia solidária, observa-se também uma grande variedade de interesses e objetivos por detrás da ação de cada um deles, o que torna difícil a existência, nas relações em rede, de uma solidariedade permanente, como afirmam Martinho e Mance.

Martinho (2003) atribui à organização em forma de rede a capacidade de gerar, entre os seus participantes, uma relação permanente de solidariedade e de isonomia, sobrevivendo, assim, aos interesses individuais ou de determinados grupos. A comunicação, para o autor, assume um papel importante nesse processo. Ela seria suficiente para interiorizar, nos participantes, um propósito comum. Ou seja, fazer com que cada agente, no interior da rede, abdicasse de seus interesses particulares em prol dos interesses comuns. Como afirma Martinho (2003), o surgimento de uma rede de economia solidária acontece quando um propósito consegue agregar diferentes pessoas e levá-las a uma ação comum.

Esse propósito comum, conforme o mesmo autor, traria a ordem e a coesão necessárias para gerar relações solidárias e horizontais entre os participantes da rede de economia solidária. A comunicação faria com que o indivíduo deixasse de

lado os seus interesses e, por conseqüência, as suas verdades e visões de mundo particulares, de modo a abraçar uma verdade comum a todos.

Ao analisar a Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente no Arquipélago do Delta do Jacuí, pude observar que, ao contrário da existência de um propósito comum, há diversidade de interesses e de objetivos em disputa.

Os agentes, no interior da rede, ao contrário do que afirmam Martinho e Mance, estão em relação de conflito e de disputa entre si. Além de os agentes não estarem em uma relação isonômica, mas, sim, em uma relação desigual, pois estão dotados de diferentes tipos e quantidades de capitais específicos.

Para poder compreender essas relações de conflito e de disputa entre agentes com diferentes tipos e quantidades de capitais no interior da rede, procurei concebê-las, nesta pesquisa, como um campo de poder no sentido dado por Bourdieu. Os agentes estão, assim, em uma relação de disputa pela imposição de uma visão legítima de mundo de acordo com seus interesses, além de estarem dotados de quantidades e qualidades desiguais de capitais, de modo a ocuparem posições desiguais de poder.

O que observei no interior da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente é a existência de uma disputa entre duas diferentes visões de rede. Uma baseada no ideário da economia solidária, outra no que denominam de economia social. A primeira surgiu nos governos municipais em que o PT esteve no poder, e a segunda, a partir do governo municipal do PPS. Há, desse modo, uma disputa entre os agentes participantes pela legitimação da sua concepção de rede.

Os agentes, no interior da rede, utilizam os capitais específicos que possuem com o objetivo de legitimar a sua visão e de deslegitimar a visão do outro, procurando, assim, impor a sua visão como sendo verdadeira e válida. Essa legitimação de uma visão de mundo não se dá, como afirma Martinho (2003), pela interiorização de um propósito comum, mas, sim, pela imposição de uma verdade. Os grupos, utilizando os capitais específicos de que dispõem, procuram impor a sua verdade como legítima.

Não estou, assim, falando de uma relação harmônica entre os agentes, que, através da comunicação, chegariam a um entendimento comum, mas, sim, de uma relação conflituosa em que se busca impor ao outro a sua visão e a sua verdade.

As disputas no interior da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente tornaram difícil a conceitualização da rede como um espaço de economia solidária,

pois, dentro dela, há uma disputa entre visões de rede. Mas, mesmo quando se examina a dinâmica das relações entre os agentes participantes ligados ao ideário da economia solidária, vejo que há conflitos e disputas.

Ao analisar as relações entre os agentes que partilham o ideário comum da economia solidária, observo que intercalam, entre si, momentos de solidariedade e momentos de disputa. Apesar de defenderem a construção da rede baseada no ideário da economia solidária, esses agentes estão em confronto.

O grupo identificado com o ideário da economia solidária é formado por uma série de agentes com interesses e objetivos diferentes, o que gera um ambiente de potencial conflito e disputa. Observei uma série de fatores que potencializam o conflito e a disputa no interior da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente na sua lógica de rede de economia solidária. Um primeiro fator é o fato de os recursos geridos pelas entidades participantes provirem da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, dotando esse agente da capacidade de gerenciar a distribuição da verba de acordo com seus interesses, destinando-a às entidades que apóiam o órgão, gerando, assim, uma competição por esses recursos. Um segundo fator de conflito é a atuação das organizações de apoio, que se utilizam de práticas clientelistas no território. Outro fator de choque entre os agentes, no interior da rede, é a centralização e a perpetuação das lideranças no poder das entidades participantes e da própria rede.

Ao analisar as reuniões da rede, momento em que os participantes debatem os assuntos relativos aos interesses da comunidade, observei a existência de desigualdade entre eles em relação à quantidade e à qualidade de capitais específicos que possuem, principalmente capital cultural e político. A participação de alguns agentes em fóruns, cursos de formação, seminários etc. faz com que apreendam o *habitus* político, de modo a terem mais facilidade para dominar o campo. Esses agentes têm mais legitimidade para falar, são eles que se pronunciam em nome da rede e da comunidade, censurando a possibilidade de outros agentes se manifestarem.

Mas presenciei, também, momentos de solidariedade no grupo, situações em que, aparentemente, surgiu um propósito comum que agregou os diferentes agentes em torno de um objetivo. Com base nessa observação, formulei a hipótese de que a solidariedade, na Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente (na sua lógica de rede de economia solidária), não é estável. A solidariedade, entre os participantes, se faz

e se desfaz de acordo com os interesses, existindo, assim, momentos de solidariedade.

Nesses momentos de solidariedade entre os agentes participantes da rede, verifiquei que os interesses particulares não desaparecem, mas, sim, que esses diversos interesses, em determinadas situações, convergem devido à identificação, por parte dos participantes, de um “inimigo” comum. Nos dois casos relatados (protesto em frente à prefeitura e o bloqueio da BR 116), os interesses não eram comuns, mas, sim, o “inimigo” a combater, no caso a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Há, no interior da rede, um jogo de interesses em que os agentes avaliam, de acordo tanto com a situação quanto com seus interesses particulares, como vão agir para atingir seus objetivos. Ou seja, quando há interesse em agir solidariamente, se age, mas, quando é mais vantajoso agir individualmente, se vai por esse caminho.

As relações no interior da rede, portanto, são complexas e dinâmicas. As ações dos agentes dependem do contexto e da identificação ou não dos seus interesses particulares com os das outras entidades participantes. Os momentos de solidariedade ocorrem quando um inimigo comum é identificado, mas, muitas vezes, algumas entidades vêem, nesse mesmo inimigo, uma oportunidade para resolver seus problemas.

Posso, assim, dizer que a solidariedade no interior da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente não é permanente, como afirmam Martinho e Mance. Ela se dá em momentos em que os interesses particulares dos participantes convergem não para um interesse comum, ou para um propósito comum, como afirma Martinho (2003), mas devido à existência de um “inimigo” comum, que, nos casos relatados, era a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Não há, portanto, entre os agentes participantes, a construção de um propósito único que viria a gerar um ambiente de solidariedade e isonomia, mas, sim, uma aliança momentânea, que atende aos diversos interesses presentes no interior da rede.

## REFERÊNCIAS

- BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria. A Dimensão Estratégica das Redes Horizontais de PMEs: Teorizações e Evidências. *RAC*, Edição Especial 2004.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *The state nobility: elite schools in the field of power*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- CARRION, Rosinha da Silva Machado. A gestão da economia solidária como uma política de geração de trabalho e renda: o caso do município de Cachoeirinha – RS. In: *Colóquio Internacional sobre Poder Local*, Salvador: NEPOL, 2003.
- CARRION, Rosinha da Silva Machado. Alternativas econômicas de trabalho e produção: desafios de governança à consolidação de empreendimentos populares nos moldes da economia popular e solidária. O caso de municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil. In: *Seminário Internacional Organizações e Sociedade: temas emergentes*, Porto Alegre. PUC-RS, 2003
- CARRION, Rosinha da Silva Machado; VALENTIM, Igor Vinicius Lima; HELLWIG, B. C. . *Residência Solidária UFRGS: Vivência de Universitários com o Desenvolvimento de Tecnologia Social*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CARRION, Rosinha da Silva Machado. A Proposta de Implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos em Porto Alegre: em análise a gestão do desenvolvimento local na perspectiva da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CARVALHO, Marly Monteiro de. Relações entre empresas, competências coletivas e tipos de governança em clusters de alta tecnologia do Estado de São Paulo. In: *Redes entre Organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

COASE, Ronald. (1937). The Nature of the Firm. In: Williamson, O. & Winter, S. (Eds.). *The Nature of the Firm. Origins, Evaluations, and Development*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Geraldo (Orgs.). *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COLOGNESE, Sílvio Antônio; BICA DE MELO, José Luiz. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto alegre, v. 9 , p.143-159, 1998.

CORTES, Soraya M. Técnicas de coleta de dados e análise qualitativa de dados. *Cadernos de Sociologia*, Porto alegre, v. 9, p.11-47, 1998.

CASAROTTO FILHO, Nelson. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade e Rede*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 237 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise de Discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, nov. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A Economia Popular e Solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis et al. *Ação Pública e Economia Solidária*. Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRIEDMAN, Thomas L. *O Mundo é Plano: uma história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FURLANETTO, Egídio Luiz. Coordenação pela cadeia produtiva: uma alternativa ao mercado e à hierarquia. In: Encontro Anual da ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. *Anais...*Rio de Janeiro: ANPAD, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 4, 2004. p 799-834.

GOBBI, Beatriz et al. Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. *Cadernos EBAP.BR*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar. 2005.

GRAMSCI, A. *Écrits politiques*. tomo II. Paris: Gallimard, 1974.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso Social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, n. 33, v. 5, set./out. 1999. p. 115-141.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

KIMURA, Herbert; TEXEIRA, Maria Luísa Mendes; GODOY, Arilda S. Redes Sociais, Valores e competências: simulação de conexões. In. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, RAE Publicações, v. 46, n. 3, 2006.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas Políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. In: *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, CGEE, fev. 2003.

LAVILLE, Jean-Louis. Fato associativo e economia solidária. In: *BAHIA: análise e dados*, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.25-33, jun. 2002.

LAVILLE, Jean-Louis et al. Introdução. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis et al. *Ação Pública e Economia Solidária*. Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIPNACK, Jessica; STAMPS, Jeffrey. *Redes de informação*. São Paulo: Makron Books, 1994.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: Fischer Tânia (org.) *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. *RAC*, v. 9, n. 2, abr./jun. 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MANCE, Euclides. *A revolução das redes - A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000

MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária – Construindo uma nova sociedade*. Curitiba: IFIL, mar. 2000. Disponível em: <[www.milenio.com.br/mance/redes1.htm](http://www.milenio.com.br/mance/redes1.htm)>. Acesso em nov. 2006.

MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANCE, Euclides André. *Aspectos Filosóficos das Redes de Colaboração Solidária*. 1999. Disponível em: <[www.milenio.com.br/mance/aspectos.htm](http://www.milenio.com.br/mance/aspectos.htm)>. Acesso em nov. 2006.

MANCE, Euclides André. *Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global*. 2002. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm>>. Acesso em nov. 2006.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTES, Ana Cristina B.; BULGACOV, Sérgio et al. Apresentação: Fórum – Redes Sociais e Interorganizacionais. In: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, RAE Publicações, v. 46, n. 3, 2006.

MARTES, Ana Cristina B. et al. *Redes Sociais e empresas*. Relatório de pesquisa. Núcleo de Pesquisa e Publicação. São Paulo: EAESP/NPP/FGV, 2005.

MARTINHO, Cássio. *Redes e desenvolvimento local*. Disponível em: <<http://www.rebea.org.br/rebea/arquivos/redesdlcassiom.pdf>>. Acesso em nov. 2006.

MARTINHO, Cássio. Algumas Palavras sobre Rede. In: SILVEIRA, Caio Márcio; COSTA REIS, Liliane da (orgs.). *Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLIS/RITS, 2001.

MARTINHO, Cássio. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF, 2003.

MISOCZKY, Maria Ceci. Campo de Poder e Ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais. Campinas. XXVI *Encontro Anual das Associações de Pós-Graduação em Administração*. 2001.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de Redes Sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, RAE Publicações, v. 46, n.3, 2006.

NAKANO, Davi Noboru. Fluxos de conhecimento em redes interorganizacionais: conceitos e fatores de influencia. In: *Redes entre Organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

OBSERVATÓRIO da Cidade de Porto Alegre. *Dados estatísticos*. Disponível em: <[www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio)>. Acesso em out. 2007.

PAEZ, Luis Francisco Verano. *Economia Solidária, uma alternativa ao Neoliberalismo*. Santa Maria: Sesma, 2001.

PAULI, Jurandir. *O Poder nas Redes de Economia Solidária*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação, Mestrado em Sociologia - UFRGS, 2006.

PAIVA, Rita. O Discurso e a Ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica. *Plural, Sociologia*, São Paulo, USP, n. 6, jan./jun. 1999.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de Conteúdo: um *approach* do social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p.87-114, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PITASSI, Cláudio; MACEDO-SOARES, T. Diana L. V. A. de. Redes Estratégicas Virtuais: Fatores Críticos de Sucesso. *RAC*, Ed. Especial, 2003.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de Trabalho*, São Paulo, IPEA, n. 24, ago. 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania Sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999

SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Os Efeitos do Discurso: saber e poder para Michel Foucault e Pierre Bourdieu. *Plural, Sociologia*, São Paulo, USP, n.6., jan./jun., 1999.

SINGER, Paul. Desafio à Solidariedade. In GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Singer, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

SOTO, William H. G. A Análise do Discurso nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p.161-187, 1998.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000.

WILLIAMSON, Oliver E. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: Free Press, 1985.

ZAWISLAK, Paulo Antonio. Reflexões a respeito da decisão de fazer cooperação tecnológica. In: *Encontro Anual da Anpad* (20. : 1996 : Angra dos Reis, RJ). [Trabalhos Apresentados]. Angra dos Reis : Anpad, 1996. v. 1.

ZAWISLAK, Paulo Antonio. Alianças estratégicas: contexto e conceitos para um modelo de gestão. In: *Saberes*, Jaraguá, v. 10 , n. 23, 2000.

ZAWISLAK, Paulo Antonio. Sistema local de inovação e produção: uma alternativa para o desenvolvimento tecnológico de setores tradicionais. In: Encontro Anual da ANPAD , 25. , 2001, Campinas. *Anais ...* Rio de Janeiro : ANPAD, 2001.